

SERVIÇO SOCIAL

é notícia

INFORMATIVO ANUAL DO
CONJUNTO CFESS-CRESS
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

Edição nº5 | Ano 5
Brasília (DF), maio de 2019



Nosso endereço Setor Hoteleiro
Sul (SHS) Quadra 6 - Bloco E
Complexo Brasil 21 - Sala 2001
CEP: 70322-915 - Brasília - DF

SE CORTAM DIREITOS, QUEM É PRETA E POBRE SENTE PRIMEIRO



a gente enfrenta
o racismo
no cotidiano

15 DE MAIO
DIA DA/O
ASSISTENTE
SOCIAL

Categoria reafirma seu compromisso no combate ao racismo e denuncia a regressão de direitos sociais que a população brasileira está vivendo, em especial quem é preta e pobre.

página 3

LEIA TAMBÉM

- >> Conjunto CFESS-CRESS organiza ações e debates que vêm fortalecendo a profissão em todo o Brasil (páginas 14 a 35)
- >> Seguridade e orçamento: privilegiar o "mercado" traz impactos para vida e trabalho da categoria (páginas 8 e 9)
- >> Para um exercício profissional de qualidade, graduação em Serviço Social deve ser legal, crítica e ética! (páginas 10 e 11)
- >> Em novembro, Brasília sediará o maior Congresso de Assistentes Sociais: é o 16º CBAS! Participe! (páginas 12 e 13)

ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO

- >> Campanha de Gestão propõe um diálogo direto com a categoria e com a população usuária sobre a questão racial no país e como isso impacta no acesso aos equipamentos e serviços públicos (páginas 4 e 5)

Preparar esta quinta edição do **Informativo Serviço Social é Notícia** foi um desafio para a Gestão do CFESS É de batalhas que se vive a vida! (2017-2020). Primeiro, porque a dinâmica da realidade impõe que a gente elenque e organize os conteúdos da publicação à medida que as pautas surgem. E, em um contexto de retrocessos diários no âmbito dos direitos sociais e da democracia, isso significa refazer a edição diariamente até a data do seu fechamento, para que a categoria receba a publicação em maio com os assuntos e temas que estão na agenda da profissão.

Por isso, reservamos espaço neste editorial para comentar a última decisão do governo federal que, em uma “canetada”, praticamente extinguiu os conselhos de participação social, reduzindo o número para 50, ou até menos.

Nós, assistentes sociais, sabemos da importância desses conselhos e, por isso, ocupamos, ao longo dos anos, assentos em vários deles em diversas áreas (como os conselhos de saúde, assistência social, pessoa com deficiência, pessoa idosa etc.) e nas quatro esferas (municipal, estadual, distrital e federal), pois sabemos que, ainda com suas contradições e disputas no seu interior, tratam de espaços democráticos de decisão e participação social na construção da políticas públicas, de forma deliberativa. Acabar com os espaços de controle social é mais uma prova do contexto autoritário que estamos vivendo.

Também não dá para nos silenciarmos diante de mais um ato de barbárie que aconteceu no Rio de Janeiro (RJ), em abril: o fuzilamento de um músico que passeava de carro com sua família em uma tarde de domingo. O autor dos 80 tiros que mataram Evaldo dos Santos Rosa foi o Exército brasileiro, em uma operação que as autoridades estão tratando como um “incidente”. A morte de Evaldo, negro, infelizmente comprova o que o Conjunto CFESS-CRESS e a categoria têm denunciado por meio da campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Que é a população preta e pobre a maior vítima da

violência praticada por agentes do Estado; é a que sofre primeiro com os cortes dos direitos sociais.

Por isso, reservamos três páginas dessa edição (3, 4 e 5) para tratar do tema do Dia do/a Assistente Social 2019 (Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro – A gente enfrenta o racismo no cotidiano) e da campanha de gestão, que tem ganhado cada dia mais espaço no cotidiano profissional, como mostram os relatos enviados pela categoria e as atividades realizadas pelos CRESS. Convidamos você a conhecer o material do 15 de maio e da campanha de combate ao racismo, imprimindo os cartazes produzidos e levando esta temática para seu local de trabalho. Afinal, a questão étnico-racial é uma potente chave para entender a realidade brasileira e não pode ser secundarizada.

Estamos também em alerta com os desmontes das políticas sociais, em especial da seguridade social. Por isso, preparamos um texto (páginas 8 e 9) que mostra como propostas, vide a tentativa de ‘reforma’ da previdência, afetam a vida e o trabalho da nossa categoria e de toda a população usuária do Serviço Social.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 6/2019 apresentada pelo governo e que tramita no Congresso Nacional não apenas dificultará o acesso dos/as trabalhadores/as à previdência e aposentadoria, em especial as camadas de menor grau de instrução e menor remuneração, como também propõe retirar da Constituição garantias previdenciárias e da assistência social destinadas à população.

Para enfrentar essa conjuntura de ataques aos direitos sociais e à democracia, destacamos pelo menos três eixos fundamentais. A primeira é a luta por uma formação de qualidade em Serviço Social. Nas páginas 10 e 11, defendemos que a graduação na nossa profissão seja legal (em instituições de ensino superior reconhecidas pelo órgão competente e seguindo as diretrizes curriculares da Abepss); crítica (que abarque as dimensões investigativa e interventiva da profissão e fundamenta-

da no tripé ensino, pesquisa e extensão); e ética (colocando o Código de Ética como norteador das nossas ações).

O segundo elemento é a qualificação profissional. E isso o Conjunto CFESS-CRESS oferece por meio dos seminários regionais e nacionais, como o que vai ocorrer em agosto de 2019, em Salvador (BA), sobre direitos humanos.

Nesse sentido, o 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), um evento autossustentável organizado pelas entidades representativas da categoria (CFESS, CRESS-DF, Abepss e Enesso) promete não só qualificar o trabalho da categoria por meio das suas conferências, plenárias, trocas de experiências, apresentações de pôsteres, stands, lançamentos de livros etc., mas também mobilizar milhares de assistentes sociais. O Congresso ocorrerá em novembro deste ano, em Brasília (DF), e deverá reunir cerca de 10 mil profissionais, para reafirmar a atualidade do projeto ético-político da profissão, que vem sendo forjado nas últimas quatro décadas e colocado a profissão em defesa dos interesses da classe trabalhadora (páginas 12 e 13).

Qualificação profissional também se faz com o acesso ao material que disponibilizamos em nosso site, como livros e vídeos de eventos (página 36).

Os CRESS também têm realizado e planejado diversas atividades e debates com a categoria, como vimos nas páginas 14 a 35.

Encerramos este editorial lembrando dois fatos marcantes de março: o primeiro foi a celebração do Dia Mundial do Serviço Social, comemorado pela Federação Internacional de Assistentes Sociais (Fits) na terceira terça-feira do mês. O segundo foi a prisão dos suspeitos de assassinar a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, um ano após sua morte. Mas a pergunta fica: quem mandou matar Marielle?

Desejamos a você uma boa leitura!

**Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Gestão É de batalhas que se vive a vida!
(2017-2020)**



INFORMATIVO ANUAL DO CONJUNTO CFESS-CRESS
Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social

Ano 5
Edição nº5
Maio 2019
Brasília (DF)

Comissão de Comunicação do CFESS >>
Lylia Rojas (coordenação), Daniela Castilho e Daniela Neves

Revisão, edição, projeto gráfico e diagramação >>
Assessoria de Comunicação do CFESS

Jornalistas responsáveis >>
Diogo Adjuto (JP-DF 7823) e Rafael Werkema (JP-MG 11732)

Tiragem >> 190 mil exemplares

Impressão >> Editora e Gráfica Qualidade

Para sugestões, comentários e críticas >>
comunicacao@cfess.org.br

Esta publicação procura adequar os textos a uma linguagem não discriminatória!

Os textos dos CRESS foram produzidos pelas respectivas direções, comissões de comunicação e assessorias.

O informativo foi impresso e postado em Brasília pelo CFESS, a partir das etiquetas fornecidas pelos Regionais.



Gestão É de batalhas que se vive a vida! (2017-2020)

PRESIDENTE Josiane Soares Santos (SE)
VICE-PRESIDENTE Daniela Neves (RN)
1ª SECRETÁRIA Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)
2ª SECRETÁRIA Daniela Möller (PR)
1ª TESOUREIRA Cheila Queiroz (BA)
2ª TESOUREIRA Elaine Pelaez (RJ)

CONSELHO FISCAL Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA), Francieli Piva Borsato (MS) e Mariana Furtado Arantes (MG)

SUPLENTES
Solange da Silva Moreira (RJ)
Daniela Ribeiro Castilho (PA)
Régia Prado (CE)
Magali Régis Franz (SC)
Lylia Rojas (AL)
Mauriceia Santos (SP)
Joseane Rotatori Couri (DF) – licenciada
Neimy Batista da Silva (GO)
Jane de Souza Nagaoka (AM)

NOSSO ENDEREÇO
Setor Hoteleiro Sul (SHS) Quadra 6 – Bloco E – Complexo Brasil 21 – 20º Andar – Sala 2001
CEP: 70322-915 – Brasília – DF
Tel: (61) 3223-1652
Fax: (61) 3223-2420
e-mail: cfess@cfess.org.br
site: www.cfess.org.br
Funcionamento: de segunda a sexta de 12h às 18h.



SE CORTAM DIREITOS, QUEM É PRETA E POBRE SENTE PRIMEIRO

A gente enfrenta o racismo é no cotidiano!

**Conjunto CFESS-CRESS
marca o Dia da/o
Assistente Social 2019
com a luta contra o
preconceito racial. Debate
traz dados reais e convida
a categoria a refletir**

Segundo informações de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais da metade da população brasileira (54%) é de pessoas pretas ou pardas, sendo que, a cada dez pessoas, três são mulheres negras. Quase 80% da população brasileira que depende do Sistema Único de Saúde (SUS) se autodeclara negra, conforme dados do Ministério da Saúde (2016). De acordo com o Ministério da Cidadania (2015), das 13,8 milhões de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família, 73% se autodeclararam pretas ou pardas. As mulheres negras também são as mais vitimadas pela violência doméstica: 58,68%, de acordo com informações do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher (2016). Elas também são mais atingidas pela violência obstétrica (65,4%) e pela mortalidade materna (53,6%), de acordo com dados do Ministério da Saúde e da Fiocruz (2017).

Ao ser confrontado com estatísticas reais como estas, o racismo no país, que perdurou durante três séculos de escravidão, revela-se nitidamente presente sem meias palavras ainda hoje. Com a conjuntura atual de cortes de recursos das políticas públicas, regressão de direitos da população e obstáculos ao acesso a essas políticas, verifica-se que quem mais recorre a essas políticas são as pessoas explicitadas nestes dados recentes.

Justamente por isso, o mote criativo da arte do Dia da/o Assistente Social 2019 não poderia ser outro: “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro”. A arte deste ano foi elaborada com a contribuição dos CRESS a partir da temática aprovada no 47º Encontro Nacional, realizado em Porto Alegre (RS), em setembro de 2018.

O texto, enxuto e direto, denuncia que são mulheres pobres e negras as que mais sofrem com a regressão de direitos, além de serem a parte da população que mais recorre ao trabalho de assistentes sociais. Para se ter uma ideia, de acordo com a Organização das Nações Unidas (2017), a população negra é a mais afetada pela desigualdade e pela violência no Brasil. Já o Ministério Público do Trabalho (2016) afirma que, no mercado de trabalho, por exemplo, pretas e pardas enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral e sexual.

Dessa forma, a peça alusiva ao 15 de maio, conforme a temática aprovada, exigiu, mais do que nunca, um tom de denúncia. A arte é também para valorizar e defender o trabalho da categoria, cada vez mais desafiada frente à precarização das políticas sociais. Afinal, a população brasileira está vivendo um absoluto aprofundamento da desigualdade social, em que direitos sociais estão sendo ameaçados e retirados por meio de uma orientação neoliberal para as políticas públicas.

O slogan do Dia da/o Assistente Social também dialoga diretamente com a campanha de gestão do Conjunto CFESS-CRESS (2017-2020), reafirmando o compromisso da categoria: “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”.

“Nós, assistentes sociais, pelo nosso cotidiano profissional, sabemos: se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro. E a gente enfrenta o racismo é no cotidiano, com nossas ações e debates coletivos,

com nossa articulação com movimentos sociais, usuários/as, equipes interdisciplinares, sindicatos e organizações que defendem os direitos da classe trabalhadora, com nossos questionamentos e reflexões críticas sobre o fazer profissional”, afirma a presidente do CFESS, Josiane Soares.

Para a assistente social e coordenadora da Ong Criola, Lúcia Xavier, a primeira tarefa de cada assistente social é reconhecer que existe racismo no Brasil. A partir daí, entender como este racismo atinge a população usuária, para dar as respostas necessárias às questões trazidas em cada atendimento. “É importante lembrar que as dinâmicas do racismo atingem também nossa categoria profissional e, muitas vezes, impedem que assistentes sociais assumam cargos superiores e sejam discriminadas. Por isso, é fundamental que a categoria abrace essa temática”, enfatiza Xavier.

Ao trazer essa temática e fazer o recorte de classe, etnia e cor, o Conjunto CFESS-CRESS dá visibilidade às mulheres pobres e negras, desconstruindo o mito da “democracia racial” que, por vezes, ainda é reproduzido em parte do interior da categoria, como pode ser visto por meio de alguns comentários nas redes sociais.

“É preciso reconhecer o racismo institucional como uma ideologia silenciosa e especializada em disfarçar, burocraticamente, quem são os alvos preferenciais dos cortes de direitos sociais. Nossa categoria profissional não está disposta nem deve ser parte dos/as agentes que dão vida ao racismo institucional em nossos locais de trabalho. Por isso, nesse 15 de maio, vamos reafirmar nosso trabalho e nosso compromisso: a gente enfrenta o racismo no cotidiano”, convida Josiane.



No site do CFESS você pode baixar o cartaz. Imprima e cole no seu local de trabalho!

Campanha de gestão do Conjunto CFESS-CRESS possibilita debates e outras ações de enfrentamento ao racismo no cotidiano

Oitenta tiros. Em um estado em que, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), 75% das vítimas de ações policiais em 2018 foram homens negros, a ação do Exército no último mês de abril que culminou na morte do músico Evaldo Rosa dos Santos e deixou outras duas pessoas feridas, quando tiveram seu carro fuzilado no Rio de Janeiro (RJ), é mais uma prova do racismo institucional e estruturante da sociedade brasileira. Porque 80 tiros não são por engano, acidente ou incidente.

O caso, que virou manchete pela brutalidade e também pela ausência de qualquer comentário crítico ou ação contundente por parte das autoridades, escancara a política de genocídio contra a população negra no país.

O Conjunto CFESS-CRESS, quando aprovou junto com a categoria, ainda em setembro de 2017, durante o 47º Encontro Nacional, a realização de uma campanha nacional de combate ao racismo, sabia do tamanho do desafio que seria dialogar com assistentes sociais e com a população usuária do Serviço Social sobre a temática.

Afinal, desmascarar a farsa da “democracia racial” e denunciar o racismo cotidiano que afeta um país que tem em sua população uma maioria negra requer ações constantes que mostrem, por exemplo, que o assassinato de um homem negro, durante um passeio de carro com a família num domingo, por parte de agentes de estado, é sim uma expressão de racismo. Que o corte das políticas sociais afeta quem mais utiliza e precisa delas, que são as mulheres pobres e negras.

Por isso, desde o lançamento oficial da campanha, em novembro de 2018, a estratégia do Conjunto CFESS-CRESS tem sido trazer dados e informações que dialogam com o cotidiano, fazendo o necessário recorte racial para ampliar percepção sobre as diversas expressões do racismo e incentivar o combate ao preconceito.

“O trabalho de assistentes sociais tem relação direta com as demandas da população negra que reside nos morros, nas favelas, no sertão, no campo e na cidade. Estamos nos serviços públicos como os de saúde, educação, habitação e assistência social, que devem ser garantidos para toda a população. Além dos números oficiais, a gente vê na prática que a maior parte das pessoas que atendemos nos equipamentos e serviços públicos são negras e pobres. Nossa intervenção precisa ter um olhar voltado não só para as questões de classe, mas de raça e gênero, e essa é uma das intenções da campanha”, explica a conselheira do CFESS Mauricleia Soares, que compõe a comissão organizadora da campanha.

A proposta de diálogo da campanha tem

acontecido, portanto, de várias formas: por meio de uma intervenção direta, por exemplo, quando no lançamento nacional da campanha no Rio de Janeiro (RJ), conselheiras do CFESS e do CRESS-RJ foram à Cinelândia e conversaram com a população sobre o racismo; e também por meio da produção de cartazes e outro materiais.

“Na falta de água e na sobra do esgoto, transborda racismo”; “A violência e a dor miram gênero e cor; e “Minha fé não é motivo para sua violência” são algumas das chamadas para provocar a categoria e a sociedade a olharem para as expressões do racismo no acesso ao saneamento, na vida das mulheres e contra as religiões afro-brasileiras e de matrizes africanas.

“Nosso chamado tem sido para que cada assistente social faça uma reflexão sobre este tema e partilhe, nas atividades da campanha, como tem realizado no ambiente institucional ações concretas de enfrentamento. Nós, assistentes sociais, somos sim necessários/as nas trincheiras do combate ao racismo. Temos muito a dizer sobre isso e, principalmente, temos muito a fazer por meio do nosso trabalho e militância”, defende a presidente do CFESS, Josiane Soares.

Segundo ela, um importante passo para fazer esse combate, é perceber as manifestações do preconceito racial entre a própria categoria e os locais de trabalho. “Esse é um reconhecimento difícil, porque a população usuária e os serviços sociais com os quais trabalhamos nos chegamos, em sua maioria, ‘classificados’ a partir de suas demandas de classe, pois as políticas sociais existentes no Brasil, em seu modelo de proteção social restrito e seletivo, são pensadas para atender à classe trabalhadora que, na sua maioria, é negra e requer esses serviços em face de sua absoluta e degradante condição de apropriação”, complementa.

O racismo institucional que precisa ser reconhecido se expressa, portanto, no fato de ser essa parcela da população que está submetida aos piores salários, a todo tipo de violência, moradias precárias, transporte público sem qualidade e falta de acesso ao conjunto de outros direitos sociais e humanos. E é isso que a campanha tem tentado mostrar no cotidiano.

Campanha no cotidiano

Na avaliação da assistente social e coordenadora da ONG Criola, Lucia Xavier, a campanha tem contribuído para orientar ações de enfrentamento do racismo junto à população e às instituições de trabalho da categoria. “Acredito que tem possibilitado que a categoria reveja procedimentos e práticas que podem estar reproduzindo

O selo é aplicado em todo material relacionado à campanha



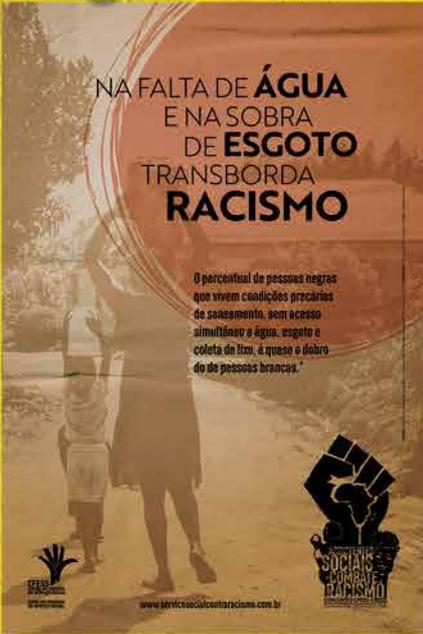
o racismo no seu local de trabalho. Avançamos ao olhar a população sem a lupa do racismo”, enfatiza.

O site oficial da campanha dá visibilidade a ações cotidianas do CRESS e da categoria no combate ao racismo, por meio de depoimentos em vídeos e textos.

Em um deles, o antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabengele Munanga afirma: “não é possível trabalhar no Serviço Social sem consciência dos problemas sociais do Brasil, e um deles é o racismo”, ressalta em vídeo gravado para o CRESS-RJ.

Em outro material audiovisual, um debate promovido pelo CRESS-SC destaca a importância de se discutir o tema na formação profissional. “A questão étnico-racial é uma potente chave para entender a realidade brasileira e não pode ser secundarizada. Por isso, é importante que se tenham disciplinas exclusivas sobre a temática dentro dos projetos políticos-pedagógicos das universidades”, afirma Karoline Franciele dos Santos, mestrande em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

“Dialogar com a população acerca do racismo foi um fato histórico para o município de Guará (SP), já que pela primeira vez houve uma ação desta magnitude sobre este tema no município. Por meio do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), realizamos a ação como uma das atividades que compõe o trabalho social com famílias acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif). Ao longo dos últimos meses temos dialogado com a equipe sobre a



Peça denuncia racismo no acesso ao saneamento



Cartaz revela a violência que atinge mulheres negras



Intolerância religiosa também é tema para análise

importância de alargarmos o olhar da assistência social e trabalhar questões como discriminação devido à condição de classe, de raça-etnia, da sexualidade, de gênero etc.”, relatou o assistente social do Cras de Guará, Tales Fornazier.

“Desenvolvemos campanha de valorização da beleza de adolescentes negras, por meio de exposição de fotografias de estudantes negras nas redes sociais da instituição; promovemos a semana da Consciência Negra, com debate sobre África com professores de Moçambique que fizeram intercâmbio no campus; realizamos a Semana da Diversidade, com oficinas de percussão, dança e turbantes; promovemos palestras com representante da rede de mulheres negras do estado e debates”, contou a assistente social Laura Fabiana Caliente, que trabalha no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE).

Todos estes depoimentos estão disponíveis no site oficial da campanha.

Para a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-conselheira do CFESS, Marlise Vinagre, os depoimentos mostram que existem várias formas de se colocar o debate sobre o combate ao racismo no cotidiano profissional. Ela ainda acrescenta que uma outra maneira de se fazer isso é abordar a questão do registro do “quesito cor” nas fichas sociais das instituições em que a categoria atua. “Isso é algo que vem sendo discutido já tem um tempo e é preciso levar essa discussão para a categoria”, destaca. Marlise participou, no início da década de 1990, da comissão que elaborou a proposta de reformulação do Código de Ética, aprovado em 1993, e que traz em seu conteúdo os princípios de “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito” e “defesa intransigente dos direitos humanos”.

“É fundamental que façamos uso de todas as chances que tivermos para considerar a dimensão racial das demandas associadas aos serviços, pois sabemos que, muitas vezes, elas sequer são percebidas pelo usuário

ou usuário, ou pela própria categoria, em função da ideologia da ‘democracia racial brasileira’. Podemos contribuir tanto na formulação, quanto na gestão ou na execução dos serviços, com a alteração de instrumentos e rotinas de trabalho; para criar espaços que permitam refletir sobre o racismo e as desigualdades não só junto à população usuária, mas também ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que respondem pelo atendimento direto a essas pessoas. As equipes multiprofissionais precisam se envolver no combate ao racismo”, salienta a presidente do CFESS Josiane Soares.

Envie seu relato!

O site oficial da campanha reúne todo o material que vem sendo produzido pelo Conjunto CFESS-CRESS e pela categoria no combate ao racismo. Por meio de um formulário objetivo, o/a assistente social pode contar a sua experiência e enviar fotos ou vídeos. No site é possível também fazer o download das peças gráficas da campanha, além de assistir aos vídeos com dados reais e importantes sobre a realidade das violações contra a população negra no Brasil.

Na seção Ações CFESS-CRESS, os Regionais vêm apontando as diversas atividades organizadas nos estados.

Em breve, mais ações

O lançamento de dois novos cartazes em maio, a organização do 2º Seminário Nacional Serviço Social e Direitos Humanos, em Salvador (BA), nos dias 8 e 9 de agosto e a exposição no 16º CBAS, que trará instalações/painéis a partir do material reunido no site oficial da campanha de gestão, são as próximas ações planejadas para a campanha.

“Queremos a categoria junto com a gente nessa luta, pois vemos, na prática, que a maior parte das pessoas que atendemos nos equipamentos e serviços públicos

A Agenda Assistente Social 2019 integra o conjunto de ações da campanha e é resultado de um projeto editorial coletivo, escrito por assistentes sociais negros/as.



Além dos cartazes que estão sendo elaborados, o Conjunto CFESS-CRESS reforça a campanha com chamadas para datas específicas, como o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.



E também com posicionamento sobre fatos cotidianos relacionados à questão do racismo.



Acesse: www.servicosocialcontraracismo.com.br

Participe!


 www.VIVA SUA
IDENTIDADE
COM.BR
 

RECADASTRAMENTO NACIONAL OBRIGATÓRIO

Já se recadastrou?

Ação é obrigatória para todo/a profissional que se inscreveu no CRESS até 4/11/2018, para que o Conjunto CFESS-CRESS mantenha atualizados os dados da categoria

PASSO A PASSO

- 1 Entre no site www.vivasuaidentidade.com.br
- 2 Após ler atentamente as instruções na página, **clique em Recadastre-se** (canto superior direito da tela);
- 3 **Escolha** seu CRESS de origem;
- 4 **No seu primeiro acesso**, você deverá preencher o formulário com seu CPF, data de nascimento e nome da mãe. Assim, **você receberá em seu e-mail um login e uma senha**, para a partir daí dar início ao recadastramento;
- 5 Com usuário e senha registrados, clique em **Logar no sistema** e faça seu recadastramento!
- 6 Depois de se recadastrar, vá até a aba azul e **Participe da Pesquisa sobre o Perfil Profissional**

ATENÇÃO!

Quem se inscreveu no CRESS **após 4/11/2018 não precisa se recadastrar**;

Qualquer problema no Meu primeiro acesso **deve ser reportado ao CRESS**, responsável pela base de dados do/a profissional.

Desde novembro de 2018, a Campanha Nacional 'Viva Sua Identidade - Assistente social, o seu perfil é a nossa identidade' está de volta. A retomada ocorreu após após resolvidos os problemas de ordem técnico-operativa que ocasionaram em sua suspensão.

Assistentes sociais de todo o Brasil precisam participar desse processo, para que o Conjunto CFESS-CRESS mantenha atualizados os dados sobre a categoria no país.

Para você entender: o recadastramento é obrigatório para todos/as os/as assistentes sociais inscritos/as nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) até 4 de novembro de 2018. Quem se inscreveu no CRESS depois dessa data não precisa fazer. Para os/as demais, o prazo final para se recadastrar é 31 de dezembro de 2019.

É também uma ação fundamental para os conselhos regionais que, como entidades de fiscalização profissional, precisam manter sua base de dados atualizada.

O/a assistente social que não realizar o recadastramento no prazo estabelecido poderá ter sua conduta caracterizada como infração disciplinar (art. 22, b, da Resolução CFESS nº 273/1993) e ser submetido/a às sanções previstas naquele instrumento

normativo por meio dos procedimentos previstos na Resolução CFESS nº 657/2013, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Quem já realizou o recadastramento quando o processo teve início, em 2016, poderá acessar o site para preenchê-lo novamente, caso necessite atualizar suas informações. Mas, se as suas informações não mudaram, não é preciso fazer o recadastramento novamente.

Pesquisa sobre o perfil da categoria

Outra ação importante da campanha e que precisa da participação de cada assistente social é a Pesquisa sobre o Perfil Profissional. Apesar de ser facultativa, ela é muito importante para atualizar o conhecimento sobre a categoria e suas condições de trabalho, que mudaram bastante desde a última realizada pelo CFESS, em 2005.

A pesquisa é respondida por meio de um formulário na internet e você só precisa de 13 minutos para preenchê-lo. Ao fim da campanha, os resultados serão sistematizados e publicados, contribuindo para a elaboração de ações e estratégias no âmbito da defesa da profissão.

Participe da pesquisa! Caso tenha dúvidas, entre em contato com o Conselho Regional de seu estado!



Desde 2013, o CFESS, em atenção à Lei de Acesso à Informação, aos princípios que regem a Administração Pública e ao seu compromisso ético-político com a categoria de assistentes sociais e com a sociedade civil, disponibiliza em seu site a seção **Acesso à Informação**. Lá são divulgadas informações sobre a estrutura organizacional, registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros e despesas, relatórios anuais com prestações de contas, licitações em andamento e concluídas, atas dos Conselhos Plenos, contratos e convênios, calendário de atividades, resumo das auditorias realizadas no CFESS, tanto pelo TCU quanto pela Comissão Especial. **Visite o site e conheça!**

Projeto promove rodas de conversa para dialogar, de ponta a ponta, com assistentes sociais do SUAS

O CFESS entende que o Brasil vive tempos difíceis e amargos. No entanto, este mesmo tempo que parece ser algo para a classe trabalhadora, na qual se incluem os/as assistentes sociais, pode ser o solo da transformação e mudança da correlação de forças que se presencia hoje. Foi nesse sentido que, em 2019, o Conselho Federal lançou um importante projeto em defesa da política de assistência social e do trabalho da categoria de assistentes sociais.

É o 'SUAS de ponta a ponta', que consiste em uma série de debates e rodas de conversa com os CRESS e a categoria ao longo do ano, abordando os desafios do exercício profissional nos campos da assistência social e sua interface com as demais políticas sociais, diante de uma conjuntura de ataques a essas políticas e aos direitos sociais.

Segundo a conselheira do CFESS, Daniela Castilho, "o tempo histórico impõe a impossibilidade de qualquer perspectiva de vida e felicidade para a humanidade, explicitando o caráter predatório do capitalismo, enquanto modelo civilizatório vigente", trazendo rebatimentos em todas as esferas da vida social, o que se expressa no trabalho profissional da categoria, cada vez mais sem direitos e precarizado, como também nas relações sociais, políticas e culturais do cotidiano.

E foi partir daí que o Conselho Pleno do CFESS pensou o projeto, para levar à categoria este debate, a fim de pensar os desafios que se colocam pela frente, seja como categoria profissional, seja como classe trabalhadora.

A coordenadora da Comissão de Seguridade Social do CFESS, Elaine Pelaez, destaca também que esse contexto reverbera ainda nos espaços de trabalho, em particular na política de assistência social, nas condições aviltantes e degradantes de trabalho, por meio do adensamento dos ataques às condições éticas e técnicas do trabalho.

Ela analisa ainda que as/os assistentes sociais que compõem as equipes de referência dos serviços na proteção social básica e na proteção social especial, de média e de alta complexidade, são desafiadas/os cotidianamente, na medida em que enfrentam limites, dificuldades e impedimentos para a efetivação de seus direitos, assim como dos/as direitos dos/as usuários/as.

A coordenadora afirma também que hoje se verifica um adensamento da precarização do trabalho, que se materializa



na intensificação do trabalho; níveis baixíssimos de salário; vínculos empregatícios absolutamente fragilizados; supressão de direitos trabalhistas; intimidações e ameaças para elevação dos índices de produtividade; risco eminente de desemprego; instabilidade nas relações de trabalho; falta de perspectiva de desenvolvimento de carreira; crescimento da competição entre as/os trabalhadoras/es, fruto da agudização da exploração do trabalho pelo capital.

“Nossa atuação também tem ocorrido sem as mínimas condições, em particular, pela inadequação das instalações físicas para atendimento às/aos usuáries/os; falta de veículos e guarda inapropriada de material sigiloso; alta rotatividade de profissionais; corte nos recursos públicos para a área; pelo escasso investimento em formação continuada das equipes, além das antigas situações que sempre estiveram presentes na política de assistência social, como as ações descontínuas, pontuais, efêmeras, assistencialistas, clientelistas, patrimonialistas e permeadas pela cultura do primeiro-damismo”, relata Elaine Pelaez.

Debates nos estados

A primeira edição do projeto ocorreu em março, em Florianópolis (SC), seguida pelo segundo encontro, em abril, no Rio de Janeiro (RJ). Confira o calendário no site do CFESS.

“A ideia do espaço é de reflexão e trocas entre os/as diversos/as assistentes sociais da política de assistência social espalhados/as pelo país, por entender que esta tem, ao longo de sua constituição histórica,

lutado para sair da lógica do assistencialismo para a lógica do direito social, que se expressa na luta contra o primeiro-damismo, o voluntariado, a filantropia, o clientelismo e a solidariedade indiferenciada”, salienta a conselheira Daniela Castilho.

Portanto, o CFESS entende que as/os assistentes sociais precisam, em seus espaços sócio-ocupacionais, repensar, em conjunto com os/as demais trabalhadores/as da política de assistência social, formas alternativas e criativas de soldar os laços coletivos que possam refundar o trabalho de base. “Pensar ações de resistência articuladas com os/as usuáries/as, movimentos sociais, sindicatos, associações de bairro, frentes, fóruns e coletivos que busquem frear o avanço das pautas conservadoras, entre elas a “reforma” da previdência, pautas que pretendem deixar a vida da classe trabalhadora cada vez mais insustentável e adoecedora”, exemplifica a conselheira Elaine Pelaez.

É fundamental enfatizar que o trabalho e o saber técnico de assistentes sociais potencializam os processos objetivos e subjetivos, para que contribuam para o enfrentamento das expressões da questão social, em especial para aqueles/as que se encontram em situação de violação de direitos. Além disso, o exercício profissional da categoria, comprometido com a construção de uma nova ordem societária, sem explorados/as e exploradores/as, deve potencializar as contradições existentes no cotidiano e favorecer espaços de reflexão coletiva, articulados com usuáries/as e outros/as trabalhadores/as desta política na direção do fortalecimento dos laços entre a classe trabalhadora na perspectiva da unidade e da construção de saídas à barbárie social.

“O trabalho e o saber técnico de assistentes sociais potencializam os processos objetivos e subjetivos, para que contribuam para o enfrentamento das expressões da questão social, em especial para aqueles/as que se encontram em situação de violação de direitos”

CFESS traz à categoria um debate amplo sobre o desmonte da política e os impactos no trabalho profissional



No Brasil, o conceito de seguridade social reúne o conjunto de políticas sociais, programas, ações e serviços, por meio dos quais o Estado deveria promover proteção social à sociedade. A conquista destes direitos e seu reconhecimento constitucional foi resultado das lutas sociais do período de redemocratização do país, que marcaram as décadas de 1970 e 1980.

Foi a partir desse cenário que se desenharam políticas sociais articuladas em um sistema de proteção social marcado pelos princípios de solidariedade, descentralização e participação popular. No que se refere ao financiamento da seguridade social, destacam-se a perspectiva de planejamento e solidariedade entre as políticas.

Nesse contexto, há uma informação importante, que precisa ser destacada: o montante arrecadado por meio de impostos e contribuições diretas, como a contribuição previdenciária, para o financiamento da seguridade social, tem superado, todos os anos, o valor previsto e destinado às três políticas que a compõem: assistência social, saúde e previdência social. Isso porque, na formulação da seguridade, pensou-se em um mecanismo de financiamento coletivo e geracional, que tem garantido a viabilidade fiscal do orçamento da seguridade.

Então, não existe “rombo ou déficit da previdência”. Pelo menos é o que explicou o economista Evilásio Salvador, da Universidade de Brasília (UnB), ainda em 2016, quando o ex-presidente Michel Temer tentou aprovar a reforma da previdência no Congresso. “O que existe é uma batalha de números em torno da questão previdenciária. O governo mente para a população e não trata as informações sobre esta questão com a devida transparência”, disse à época.

Segundo Evilásio, a questão do orçamento da Seguridade Social passa por três pontos importantes.

O primeiro é o de que a Seguridade deveria ser financiada conforme preconiza o artigo 195 da Constituição Federal de 1988, algo que, segundo ele, nunca aconteceu na prática.

Ou seja, do conjunto de receitas que deveria financiar a Seguridade, parte desse valor deixa de ser arrecadado e alocado na Seguridade em razão das isenções fiscais para empresas e da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que autoriza os governos a usarem livremente parte da arrecadação de impostos e contribuições em outras áreas ou para pagamento dos juros da dívida pública.

O segundo é que a conta que o governo faz é falaciosa, já que as receitas são subestimadas (pois não consideram as contribuições sociais e tributos) e as despesas são inchadas, pois incluem gastos que deveriam estar

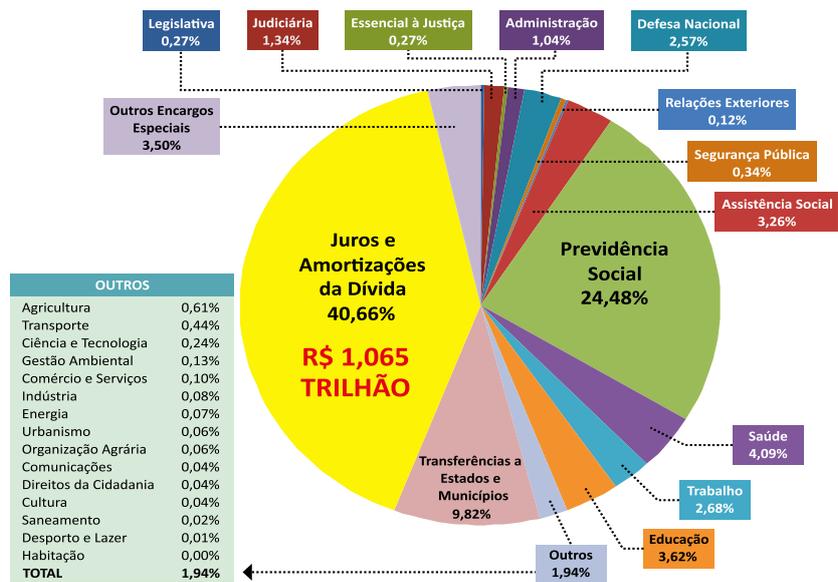
alocados no orçamento fiscal, conforme diz a Lei Orçamentária Anual.

O terceiro ponto tem a ver com a agenda política do governo brasileiro em transferir recursos do fundo público ao capital financeiro, como os fundos de pensão, rentistas, o que Evilásio chama de “classe de parasitária que vive de sugar o fundo público”.

O gráfico da Auditoria Cidadã (abaixo) comprova que o gasto privilegiado é o gasto financeiro com a chamada dívida pública, que consome a maior parte dos recursos e ainda provoca todos esses sacrifícios sociais, econômicos, patrimoniais e morais ao país e à sociedade.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2018 = R\$ 2,621 trilhões

O valor previsto para 2018 havia sido R\$ 3,527 trilhões, diferença a ser investigada



Fonte: SIAFI - <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa> - Banco de Dados Access p/ download (Orçamento da União - Fiscal e Seguridade - até 31/12/2018)
 Nota 1 - Somamos "Juros" e "Amortizações" porque o Tesouro contabiliza grande parte dos juros como se fosse amortização. Veja as explicações: <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

Arte: Reprodução / Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/artigo-a-previdencia-social-e-o-maior-patrimonio-social-do-brasil/>



É PARA A POPULAÇÃO. MERCADO!

Impactos na vida e trabalho

A coordenadora da Comissão de Seguridade Social do CFESS, Elaine Pelaez, ressalta que o campo da seguridade social é o principal espaço de inserção profissional de assistentes sociais. “Estamos presentes nos hospitais, postos de saúde, na Raps, Cras, Creas, INSS e instituições de previdência dos municípios e estados, entre outros. Enquanto parte da classe trabalhadora, sofremos com o desemprego estrutural e a redução de direitos trabalhistas, que se aprofundam. Não por acaso, nosso principal espaço ocupacional se torna alvo de gestões governamentais comprometidas com privatizações e mercantilização dos serviços públicos”, explica a conselheira do CFESS. Exemplo disso, segundo ela, é a proposta de reforma da previdência, que tramita no Congresso Nacional, por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 6/2019.

A PEC a que se refere a conselheira do CFESS não apenas dificultará o acesso dos/as trabalhadores/as à previdência e aposentadoria, em especial as camadas de menor grau de instrução e menor remuneração, como também propõe retirar da Constituição garantias previdenciárias e da assistência social destinadas à população.

Portanto, muito mais que estender o tempo de trabalho para acesso às aposentadorias, fragilizar pensões e outras coberturas previdenciárias, a nova proposta de reforma da previdência põe fim à seguridade social. Pois, além de individualizar e retirar do Estado a responsabilidade de administração do orçamento público e administração dos benefícios, repassará milhões para a administração de instituições financeiras que só têm interesse na lucratividade de seus negócios, sem objetivar a proteção social.

Em defesa das políticas públicas

A profissão, desde o processo de reconceitualização na década de 1980, assume uma aproximação com as reivindicações democráticas e a defesa das políticas sociais públicas, sendo também um dos setores organizados que contribuem para ampliação e estruturação da seguridade social no país. A intervenção profissional de assistentes sociais parte de realidades bem específicas e necessidades sociais diversas, porém é capaz de construir respostas coletivas de forma democrática, junto à população usuária.

“Nossa categoria trabalha com as diversas políticas sociais e, por isso, compreende a importância destas, bem como seus limites e principalmente os impactos destrutivos da condução neoliberal na política econômica brasileira, responsável por retirar milhões do orçamento da seguridade social. Valores que, se investidos em sua totalidade, não apenas ampliariam o número de pessoas diretamente beneficiadas por estas políticas, mas também possibilitariam ampliação da rede de serviços dos Sistemas Únicos de Saúde e Assistência Social, além da cobertura previdenciária por meio dos benefícios previdenciários”, analisa a conselheira do CFESS Lyliá Rojas.

Ela completa, dizendo que, na condição de trabalhadores/as, os/as assistentes sociais também são alvo de governos que impõem uma lógica de mercado no serviço público, sofrendo com assédios e medidas burocráticas que violam as prerrogativas profissionais e buscam imprimir, ao exercício profissional, um caráter fiscalizador e/ou de controle de usuários/as, para simples adequação às normas e padrões institucionais. “Nós, do Conjunto CFESS-CRESS, sabemos que este é um desafio para o qual contamos com um arcabouço teórico e técnico, que construímos a partir da pes-

quisa e produção teórica da profissão, do domínio das leis e normativas, da apropriação e domínio de temas como orçamento público. E, principalmente a partir de nossas vivências, da troca de conhecimento com a população, do uso da dimensão pedagógica da profissão. A defesa da profissão perpassa pela defesa da seguridade social e sua ampliação”, observa Lyliá Rojas.

Alternativas para a ação

Diante dessa conjuntura, a manutenção dos direitos está colocada como tarefa do dia para assistentes sociais, que são trabalhadores/as das políticas, mas também para os/as usuários/as. O CFESS compreende que a categoria pode fazer o diálogo e a reflexão de forma coletiva e qualificada, por dois caminhos fundamentais.

Primeiro, sinaliza a conselheira Elaine Pelaez, por meio do desenvolvimento do trabalho profissional que fortaleça, nos/as usuários/as, a compreensão sobre os direitos sociais, as propostas de sua supressão e as possibilidades de ações coletivas que ampliem direitos e espaços democráticos e de resistência ao desmonte da seguridade social.

Segundo, por meio da atuação nos espaços de organização de trabalhadores/as e usuários/as das políticas sociais, em prol da defesa de direitos e das políticas. “Estes são espaços que devem ser ocupados por cada profissional e por usuários/as. Lutar por ampliação do quadro de funcionários/as nos equipamentos públicos por meio de concursos; por qualificação profissional e garantia de condições de trabalho e atendimento; por respeito à autonomia profissional, prerrogativas e condições éticas de trabalho não são pautas cooperativistas, mas sim meios de garantir serviços de qualidade à população” avalia Pelaez.

É fundamental, para a categoria, compreender que o Serviço Social, por meio de suas entidades representativas no Brasil, tem o compromisso histórico com a defesa da seguridade social pública, gratuita e universal, compreendida para além do tripé constitucional (saúde, previdência e assistência social). “Hoje, mais do que nunca, convocamos assistentes sociais a participarem e fortalecerem os Fóruns e Frentes que existem na saúde e na assistência social, bem como os espaços de luta em torno da previdência social, como espaços de discussão e definição de estratégias políticas nas lutas sociais”, conclama Lyliá Rojas.

Para formar assistente é preciso educação como

Saiba por que o Conjunto CFESS-CRESS defende o ensino público, gratuito e crítico em um debate sem preconceitos

Existem assistentes sociais que se perguntam: o que o CFESS e o CRESS têm a ver com currículos, projetos pedagógicos e especialmente estágio? A resposta a esse questionamento está dividida em dois eixos que se complementam.

Um primeiro eixo, no qual o trabalho qualificado de assistentes sociais e uma boa prestação de serviços à população e à sociedade passam, necessariamente, por uma formação igualmente de qualidade.

O segundo eixo diz respeito a uma concepção de profissão historicamente fortalecida no Conjunto CFESS-CRESS, na qual se destaca importante relação entre diferentes dimensões: o trabalho e a formação. Nessa relação, os conselhos atuam diretamente no campo do trabalho profissional, num tipo particular de especialização do trabalho, e que no Brasil é uma profissão regulamentada, o Serviço Social. Assim, a intervenção do Conjunto no campo da formação, especialmente na graduação em Serviço Social, se justifica pela necessidade de se ter uma formação de qualidade para exercer atribuições e competências reconhecidas desse/a profissional e com compromisso social.

“Ainda podemos nos perguntar: em que condições acontece a formação de assistentes sociais no Brasil hoje? A resposta é ampla”, afirma a coordenadora da Comissão de Formação Profissional do CFESS, Daniela Neves. Segundo ela, a formação de assistentes sociais, que são graduados/as como bacharéis em Serviço Social por instituições de ensino superior públicas e privadas, é atingida pela ampliação da oferta de vagas em diversas instituições de ensino superior, notadamente privadas, e da formação pragmática e operacional.

A conselheira destaca que a precarização da educação nas instituições públicas é resultado do grande desfinanciamento público da educação superior por parte dos governos federal, estaduais e municipais. Ao mesmo tempo, acrescenta ela, “se amplia a participação das empresas privadas de educação na formação, presencial e à distância, com a marca típica do mercado: a educação como mercadoria”.

Ou seja, para que você, assistente social, possa entender melhor: essa ampliação foi feita por meio de desoneração fiscal, financiamento estudantil público e privado e incentivo direto à privatização do ensino. E o cenário anunciado pelo novo governo indica reforçar mais ainda a educação como responsabilidade do indivíduo, com menos participação do Estado no seu financiamento e regulação.

Pensamento crítico é importante, não um problema

A conselheira Daniela Neves explica que há também outra frente que incide diretamente na formação de assistentes sociais na atualidade – o ataque ao pensamento crítico presente no projeto de formação do Serviço Social brasileiro. Esse ataque se manifesta de duas formas: a primeira como expressão mais particular da tentativa de restrições democráticas na educação, que se disseminam por meio do projeto de lei indevidamente chamado de “Esco-

la sem Partido”. “Esse projeto tem por base uma falsa premissa, a de que é possível realizar formação sem reflexão, sem criticidade e sem posicionamento. Como entender a vida social e histórica sem situar os interesses sociais envolvidos? Como falar do surgimento da profissão no Brasil sem analisar o próprio desenvolvimento econômico, social e político do país no início do século XX, e o desenvolvimento das classes sociais? Para uma formação reflexiva e crítica, é necessário fazer todas essas conexões”, analisa Neves.

A segunda manifestação desse ataque é a tentativa de igualar pensamento crítico marxista a pensamento único. A vice-presidente do CFESS analisa que, com o objetivo de fragilizar os compromissos coletivos assumidos por grande parte da categoria de assistentes sociais com a defesa dos direitos da classe trabalhadora, e que esses se manifestam na direção social teórica e metodológica presentes no projeto de formação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) de 1996, alguns sujeitos profissionais produzem intencionalmente, na conjuntura recente, uma narrativa de que no Serviço Social brasileiro teria uma direção teórica e política autoritária do pensamento único”, observa.



social qualificado/a, um direito e sem censura

No entanto, é preciso retomar os próprios fatos históricos para revelar a falsidade dessa ideia, conforme analisa a coordenadora da Comissão de Formação do CFESS. De acordo com ela, vastas pesquisas documentam que é somente com o surgimento e desenvolvimento da teoria social marxista no Serviço Social brasileiro que se pode falar em pluralismo e diversidade de análise e de intervenção. Ou seja, é com o estudo sistemático da teórica crítica e democrática inspirada no marxismo que a profissão abriu um leque de tendências teóricas e políticas em seu interior. O Serviço Social tradicional, marcado pelo sincretismo teórico e político com unidade conservadora foi, desde o surgimento da profissão até os anos 1980, o que deu a direção social à profissão. “Agora podemos falar em pluralismo teórico e político na profissão, diversidade com direção social construída no debate qualificado e democrático daquilo que Leandro Konder adequadamente denominou de ‘batalha das ideias’”, completa Daniela Neves.

E como é de conhecimento de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, a

diversidade dessa categoria é evidente e conhecida. Assistentes sociais são diversos/as nas cores, pensamentos, costumes, orientação sexual e de gênero, geração, com ou sem religiões etc., com um grande traço comum: são, na sua grande maioria, filhas e filhos da classe trabalhadora e hoje a constituem com todas as suas repercussões. Daniela Neves acrescenta que a construção coletiva do projeto ético-político da profissão é expressão histórica da mobilização democrática e plural, a partir de debate qualificado, reflexivo e crítico, que ocorreu e continua a se processar na sociedade e nos espaços coletivos da profissão. “A gestão do CFESS soma-se aos demais assistentes sociais e entidades da categoria que desejam continuar a construir uma profissão fundada em valores democráticos e plurais

como a liberdade, justiça social, autonomia, emancipação, livre de autoritarismos, preconceitos e exploração”, enfatiza.

É importante ressaltar ainda que a relação indissociável entre formação e trabalho permite, no entendimento do Conjunto CFESS-CRESS, colocar a educação e a qualificação teórica e prática numa agenda política comum das entidades nacionais, e torna-se mais um tema que exige a atuação conjunta no âmbito da formação (Abepss e Enesso) com as entidades do campo da orientação e fiscalização do trabalho (CFESS e CRESS).

Esses motivos, entre outros, explicam por que a temática da formação permanece na pauta e nas ações do Conjunto CFESS-CRESS. Os desafios para qualificar o trabalho profissional passam necessariamente pela qualidade da formação profissional. Por isso, o CFESS convida você, assistente social, assim como os/as estudantes de Serviço Social, a construir com o seu Conselho Profissional as estratégias para resistir a esse contexto de retrocessos que se expressam na conjuntura brasileira, especialmente no campo da educação.

Conheça e participe do Fórum nacional em defesa da formação e do trabalho com qualidade em Serviço Social, das comissões de formação, de orientação e fiscalização dos CRESS e de outros movimentos de resistência. “São esses espaços que nos mostram que não estamos sozinhos/as na luta por uma educação que ensine a pensar e não a obedecer!”, conclui a conselheira do CFESS.

Somente com o surgimento e desenvolvimento da teoria social marxista no Serviço Social brasileiro que se pode falar em pluralismo e diversidade de análise e de intervenção.

PLURALISMO

ÃO



PENSAMENTO CRITICO NÃO PODE!

O Fórum nacional em defesa da formação e do trabalho com qualidade em Serviço Social, composto por representações do CFESS, CRESS, Abepss, Enesso e Instituições de Ensino Superior, vai lançar em breve uma ação nacional com o slogan: “Formação com qualidade é educação com direitos para você! Graduação em Serviço Social só se for legal, crítica e ética”. Acompanhe pelos sites das entidades as novidades sobre essa iniciativa!



Arte: Rafael Werkema/CFESS

VEM AÍ

As inscrições estão abertas. Evento ocorre em novembro

Com previsão de reunir cerca de 10 mil pessoas em Brasília (DF) em novembro de 2019, a 16ª edição do maior evento do Serviço Social, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), está com inscrições abertas para profissionais e estudantes de Serviço Social. Em 2019, o tema do evento são os 40 anos da 'Virada' do Serviço Social.

O evento é organizado pelo CFESS, pelo Conselho Regional de Serviço Social do Distrito Federal (CRESS-DF), pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepps) e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso).

O valor das inscrições varia de R\$ 125,00 (para estudantes de Serviço Social) a R\$ 250,00 (assistentes sociais e profissionais de outras áreas) e pode ser parcelado.

O CBAS tem a característica de ser autossustentável financeiramente (ou seja, é pago com os valores das inscrições), ser organizado por quatro entidades e oferecer estrutura que todo grande congresso possibilita: conferências e plenárias com nomes do Serviço Social brasileiro, além de publicação e apresentação de trabalhos na modalidade pôster.

Não à toa, o palco do 16º CBAS será o Ginásio Nilson Nelson, na Capital Federal, para abarcar um número ainda maior de profissionais. A categoria de assistentes sociais cresceu e hoje são mais de 185 mil

profissionais. Por isso, o evento vem sendo planejado no sentido de ampliar a participação da categoria, de estudantes de Serviço Social e de profissionais de outras áreas.

40 anos da 'Virada': muito a celebrar!

Há exatos 40 anos, em 1979, o 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ficou conhecido como o "Congresso da Virada" e se tornou um marco de um processo mais amplo, de variadas expressões, que mudou a configuração do Serviço Social no Brasil. O Congresso simbolizou, naquele momento, a escolha da categoria de assistentes sociais por uma direção ética, técnica e política da profissão de viés progressista, com uma agenda voltada para as demandas coletivas da classe trabalhadora e na defesa da justiça social, dos direitos humanos e de uma sociedade livre de exploração e opressão.

Para a presidente do CFESS Josiane Soares, que é da Comissão Organizadora do evento, reafirmar e reforçar esse legado dos 40 anos da 'Virada' é fundamental, ainda mais em uma conjuntura de tantos retrocessos.

"Vivemos um momento de absoluto aprofundamento da desigualdade social, em que direitos sociais são ameaçados e retirados por meio de uma orientação neoliberal para as políticas públicas; conjuntura em que forças conservadoras mostram sua face; conjuntura em que assistentes sociais

não só têm seus direitos violados, mas são chamados/as a operacionalizar serviços cada vez mais focalizados e a administrar a escassez de possibilidades de atender as demandas da população usuária, empobrecida e violentada em seus direitos humanos mais elementares", ressalta Josiane.

O enfrentamento desses desafios requer estratégias coletivas e o CBAS tem sido, historicamente, uma oportunidade de debatê-las, possibilitando qualificados espaços de atualização profissional e organização política.

Programação extensa

Serão quatro conferências centrais e nove plenárias simultâneas. O CBAS fomenta também a produção de pesquisas, que são divulgadas no espaço de apresentação de pôsteres.

Esta característica de produção e divulgação de conhecimento passa também pelo lançamento de livros recentes acerca de temáticas relacionados ao Serviço Social e às políticas sociais. O CBAS é também uma exposição de livros, com stands, livreiros, autores e pesquisadores.

O congresso pode ser considerado também espaço de divulgação e de apoio à cultura e à arte locais onde é realizado, justamente por valorizar artistas da cidade/estado que recebe o evento. E a cultura do Distrito Federal estará presente nesta



Valores das inscrições

Modalidade	Até 2/9/2019	De 3/9 a 4/10/2019
Assistente social	R\$ 250,00	R\$ 280,00
Outros profissionais	R\$ 250,00	R\$ 280,00
Estudante de graduação	R\$ 125,00	R\$ 140,00
Atenção: Estudantes de pós-graduação, mestrado, doutorado, entre outros, entram na categoria de profissionais		



Envio de trabalhos

Confira as normas e as categorias para envio de trabalhos. O prazo final é 13/6/2019

BRASÍLIA-DF
GINÁSIO NILSON NELSON

16º CBAS

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

40 ANOS DA "VIRADA" DO SERVIÇO SOCIAL!

edição, com atrações artísticas regionais. Além disso, o evento abre espaço para expositores de produtos regionais, artesanatos e comércio local.

O marco comemorativo dos 40 anos ganhará corpo por meio de uma grande mesa que, sob a forma de ato político, recriará a 'Virada' do 3º CBAS, ocorrida em 1979. Participarão representantes de entidades e movimentos sociais envolvidos na luta antirracista no Brasil, reafirmando a direção política e o compromisso com a classe trabalhadora desse país, que tem classe e tem cor.

Dessa forma, o CBAS se confirma como um amplo espaço de organização política, reflexões, debates, pesquisa, conhecimento e cultura.

#VouPro16CBAS

Desde o início de 2019, uma frase vem tomando conta das redes sociais, entre assistentes sociais e estudantes de Serviço Social: é o #VouPro16CBAS, uma chamada da própria categoria para participação no evento. Além desta, já estão circulando outras hashtags (palavras-chave) que mostram que a categoria está na expectativa pelo 16º CBAS. Utilize, compartilhe. Elas são sempre antecedidas pela cerquilha (símbolo do jogo da velha). Anote: #16CBAS #VouPro16CBAS #CBAS2019 #40AnosDaVirada

Envio de trabalhos até 3/6/2019

O CBAS é espaço de socialização da produção científica, de reflexão sobre a prática profissional e de divulgação de conhecimento do Serviço Social brasileiro. Por isso, abre espaço para que participantes enviem trabalhos e pesquisas no âmbito

da profissão. O prazo para envio dos artigos vai até 3 de junho de 2019 e as regras estão disponíveis no site do evento.

A apresentação desses trabalhos deve ser feita por meio de pôster, e os textos aprovados são publicados na íntegra nos anais do CBAS, que é um material audiovisual com todos os artigos aprovados para apresentação no Congresso.

Arte inspirada no Código de Ética

Se o tema do 16º CBAS comemora a 'Virada', a identidade visual do evento faz referência a um dos instrumentos que foram resultado dessa mudança de perspectiva da profissão, anos depois: o Código de Ética de 1993, que tem em sua capa a ilustração da árvore constante da obra Fundos Murrado, do artista plástico Arthur Bispo do Rosário, usuário da saúde mental.

A representação dessa árvore crescendo no topo do Ginásio Nilson Nelson remete à ideia que de que é a categoria que faz a profissão, e que está representada também pelas milhares de pessoas caminhando em direção ao ginásio.



www.cbass.com.br

Visite o site oficial,
confira as informações,
e faça sua inscrição,
envie seu trabalho e
participe!



Campanha 'Você também faz o CRESS-RN' quer fortalecer atuação do Conselho



Você também faz o
CRESSRN!
#FiqueEmDiaComOCressRN

Regional investe em política pró-adimplência, amplia quadro profissional para acompanhar ações e também garante mais transparência

Pensando em diminuir o índice de inadimplência de aproximadamente 50% e em uma maior aproximação com a categoria no estado para sensibilizá-la da importância de fortalecer o Conselho, o CRESS-RN iniciou, em agosto de 2018, a campanha Você também faz o CRESS-RN. A ideia é transformar a iniciativa em uma política permanente pró-adimplência, indo além de uma atividade pontual, com monitoramento e avaliação de todas as ações.

Baseada na Política Nacional de Enfrentamento à Inadimplência, a campanha busca orientar profissionais registradas/os no Conselho sobre o funcionamento da entidade e também com relação à importância do pagamento em dia da anuidade. Os recursos arrecadados garantem todas as atividades do CRESS, incluindo a manutenção da estrutura de funcionamento da sede em Natal e da seccional em Mossoró (recursos humanos, aluguel, materiais de expediente, visitas de fiscalização etc).

“Quando iniciamos a nossa gestão, há dois anos, identificamos que uma das principais limitações no Conselho era o alto índice de inadimplência”, afirma a presidenta do CRESS-RN, Luana Soares. “Por meio da campanha, pensamos estratégias para nos aproximar da categoria e mostrar a importância da anuidade para a construção de uma direção política forte, que seja capaz de estar à frente dos desafios que permeiam o Serviço Social no Brasil”, completa.

Luana ressalta ainda a objetividade da questão. “Só é possível termos iniciativas se tivermos recursos financeiros no

CRESS-RN, e a única fonte de recursos que temos é a contribuição das/os profissionais”. A presidenta avalia, quase um ano depois, que já há resultados significativos. “A quantidade de pessoas que têm feito atualização cadastral e negociações tem nos deixado muito satisfeitas/os, e elas têm ligado, mandado mensagem nas redes sociais, se informado melhor sobre a importância da anuidade”.

A campanha foi pensada conjuntamente. Uma comissão formada por funcionárias, conselheiras/os e profissionais de base elaboraram um documento à luz do que indica o Conjunto CFESS-CRESS, com um cronograma de ações que prevê constante monitoramento das negociações e avaliação periódica. A Comissão de Comunicação também participa ativamente da construção da nova política, produzindo peças gráficas e elaborando textos para as redes sociais, mostrando à categoria a importância do pagamento das anuidades.

“Nossa ideia não é punir, embora o pagamento da anuidade, que é um tributo federal previsto em lei, seja obrigatório. O que queremos é sensibilizar para a construção de um Conselho coletivo, em que as/os assistentes sociais se interessem por participar mais, contribuir não só financeiramente, mas nos espaços de decisão, nas comissões de trabalho”, destaca Luana.

Dentro das fases da campanha, estão o envio de comunicados via Correios e por e-mail, a publicação de informações sobre a negociação de forma sistemática no site do Conselho e nas redes sociais e a nego-

ciação pessoal e por telefone. O CRESS-RN também realiza periodicamente o Dia D de Negociação, com funcionamento durante todo o dia de forma excepcional para realizar negociações. Para viabilizar a campanha, o Regional fez a contratação temporária de uma profissional, por meio de processo seletivo.

Mais transparência

Outro investimento do CRESS-RN para uma atuação mais democrática e com lisura diz respeito à aquisição do Portal Transparência, com a finalidade de atender à Lei de Acesso à Informação e às deliberações do Conjunto CFESS-CRESS. A ação se dá pela contratação de módulos de Sistemas de Gestão, via licitação, que servirão para: controle de inscritas/os e não inscritas/os, orçamentário, das despesas e contábil; prestação de contas; bens patrimoniais; fiscalização; geração do Relatório de Gestão para o TCU e gestão do Portal Transparência.

“O processo foi iniciado ainda em 2016, na gestão passada, e a atual diretoria entendeu a necessidade do investimento”, explica a presidenta do CRESS-RN. “Entendemos que, além de atender às exigências legais dos órgãos de controle, a transparência permite que as/os profissionais conheçam para onde vão os nossos recursos”, finaliza Luana.



Visite o site do CRESS-RN e
saiba mais sobre a campanha:
www.cressrn.org.br

CRESS-MA: resistência e luta

Regional destaca o trabalho das Comissões de Trabalho e a fiscalização do exercício profissional

Atravessar tempos difíceis de retrocessos requer que a categoria profissional se mantenha mobilizada, participativa e atenta aos processos de organização necessários para a resistência e luta em defesa do projeto ético-político profissional.

É com essa concepção que a atual gestão do CRESS-MA - Resistência e Luta - vem desempenhando suas finalidades normativas de orientação, disciplinamento e fiscalização, mediante ações administrativas, jurídicas e político-pedagógicas. Nesse contexto, as prioridades definidas para o alcance dos objetivos institucionais em 2018 se encontraram em consonância com o planejamento elaborado pelo Conjunto CFESS-CRESS para o ano. Convém destacar para duas ações estratégicas desenvolvidas, quais sejam: o funcionamento das Comissões de Trabalho e a fiscalização do exercício profissional.

Reuniões ampliadas das Comissões de Trabalho | As comissões de trabalho do CRESS-MA que funcionaram em 2018 foram: Seguridade Social, Ética e Direitos Humanos, Sociojurídica, Serviço Social na Educação. Essas utilizaram diversas estratégias de aproximação com a categoria por meio de reuniões de planejamento, sessões de estudo e reuniões ampliadas. As reuniões ampliadas surgiram da necessidade de mobilizar as/os profissionais de base para participar das atividades do CRESS. Seguem a metodologia de palestras sobre temas da agenda do Conjunto, com um/a profissional expositor/a e debate. Tem como objetivo principal subsidiar a/o profissional para uma intervenção alinhada ao projeto ético-político profissional.

No ano de 2018, foram realizadas nove reuniões ampliadas, sendo cinco da Comissão de Seguridade Social, três da Comissão de Ética e Direitos Humanos e uma conjunta das Comissões de Seguridade Social, Ética e Direitos Humanos e Sociojurídica, em que foi debatido o tema O Serviço Social e o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Como produto das ações das comissões, em articulação com as atividades da Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi), o CRESS-MA realizou o Seminário Serviço Social e Assistência Social: competências e atribuições profissionais. Para 2019, estão planejadas quatro reuniões ampliadas da Co-



Assistentes sociais maranhenses têm participado das atividades do CRESS, seja em São Luís ou no interior

missão de Seguridade Social, quatro da Comissão de Ética e Direitos Humanos e três da Comissão Serviço Social na Educação.

Fiscalização do exercício profissional

Em 2018 foi finalizado o Projeto CRESS Trilhando Caminhos no Maranhão III, realizado com financiamento do CFESS, por meio do Fundo de Apoio aos CRESS, e teve como objetivo principal intensificar a fiscalização nos municípios maranhenses. Como resultado, o CRESS-MA realizou visita de orientação e fiscalização do exercício profissional em 31 municípios do estado.

Nas visitas, 371 profissionais participaram de reuniões, palestras e/ou seminários; 87 foram entrevistados/as e 104 cadastros profissionais foram atualizados. Destaca-se ainda a fiscalização em 132 instituições dos seguintes campos: 76 da assistência social; 34 da saúde; 22 do sociojurídico; 3 de políticas para mulheres; 7 da educação, resultando em 39 instituições notificadas. Destas, 18 já corrigiram as irregularidades identificadas e as demais (39) estão no prazo de regularização.

Outros produtos da fiscalização foram: o afastamento de quatro bacharéis que atuavam sem o registro profissional; a reorganização de salas de atendimento para garantir o sigilo profissional; adequação da carga horária para 30h semanais; organização/aquisição de arquivo privativo para a/o assistente social e garantia das atribuições privativas. Com isso, assegurou-se a defesa do espaço profissional e a melhoria da qualidade de atendimento da/o assistente social à população usuária.

40 anos do Encontro de Assistente Sociais

Em 2019, o CRESS-MA realizará o 40º Encontro de Assistentes Sociais do Maranhão. O evento é um marco no calen-

dário dos/as assistentes sociais do estado e representa um espaço de articulação da categoria e de reflexão sobre a profissão na sociedade. Para marcar esses 40 anos de encontro, o tema escolhido para ser debatido foi O Desmonte dos Direitos da Classe Trabalhadora: assistentes sociais no combate ao conservadorismo.

Durante todo o mês de maio de 2019, ocorrerão diversas atividades em articulação com instituições de ensino superior presenciais na capital e no interior do estado, debatendo sobre a conjuntura atual e os 40 anos de resistência e lutas da categoria profissional no Maranhão.



Participe das atividades e consulte nossa agenda em www.cressma.org.br

Foto: acervo CRESS-MA



Os espaços são importantes para diálogo com a categoria

Ataque a direitos impõe desafios

GRESS-PE faz balanço das atividades realizadas e aponta os impactos de um contexto de recuo civilizatório para o trabalho da categoria

O Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco (GRESS-PE), por meio da gestão Semear Sonhos, colher a Liberdade (2017-2020), destaca os muitos desafios que se impõem à sociedade brasileira e, em especial, à categoria de assistentes sociais em um contexto de recuo civilizatório e ataques à classe trabalhadora.

No momento em que se comemoram 40 anos da “Virada”, é anunciado um cenário nacional de ofensiva ao pensamento crítico e de menos participação do Estado no financiamento e regulação das políticas sociais. “Das tentativas de restrições democráticas na educação à Reforma da Previdência, o novo governo brasileiro se mostra assustadoramente conservador e subserviente ao capital, tratando com desprezo os direitos humanos e colocando em risco a soberania nacional”, destaca a presidenta do GRESS-PE, Adiliane Batista.

Paralelamente, há previsão de aprofundamento das desigualdades regionais, o que deixa o Nordeste em estado de alerta. “Cabe a nós contribuir com a construção da unidade dos/das trabalhadores/as, em resistência ao desmonte dos serviços ofertados à população e em defesa das políticas sociais em todos os campos em que estamos inseridos”, afirma a conselheira.

Descentralizado | É neste contexto que o GRESS-PE sediará, em 2019, o 28º Encontro Descentralizado do Nordeste, evento que objetiva aproximar os Conselhos e assegurar que cada região leve ao Encontro Nacional a avaliação das ações desenvolvidas pelo Conjunto em âmbito nacional no último triênio.

Também será em clima de luta e com bastante calor humano que Pernambuco receberá todas as delegações do Nordeste, para juntos travarem os debates necessários sobre a conjuntura brasileira e, assim, sinalizar o combate necessário contra os retrocessos, nacional e regionalmente.

Inadimplência | As ações realizadas pelo GRESS-PE, no sentido da redução da inadimplência, ganharam destaque na gestão Semear sonhos, colher a liberdade, o que contribuiu para o pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários do conjunto de trabalhadoras/es do Conselho, reafirmando o compromisso com o rigor no uso do dinheiro público.



Assistentes sociais lotaram auditório para os debates em celebração ao Dia do/a Assistente Social 2018

O pagamento das anuidades assegura a manutenção da estrutura física e pessoal do GRESS, além da presença nos espaços sócio-ocupacionais e principais frentes de luta das políticas sociais e pela democracia. Com isso, o GRESS reforça a importância do cumprimento deste requisito legal para o exercício profissional e fortalecimento da organização política da categoria, dado o cenário ameaçador ao projeto ético-político da profissão.

Fiscalização | Em 2018, o GRESS-PE, por meio da Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi), realizou fiscalizações em diversos municípios pernambucanos, averiguou denúncias e notificou diversos editais de concursos públicos e seleções simplificadas. A maioria com a exigência de carga horária de 40 horas semanais, bem como atribuições e competências incompatíveis com o Serviço Social. A maioria dessas notificações foi acatada pelas organizadoras. Além disso, o GRESS participou também de inspeção conjunta com outros Conselhos, para continuidade do processo de fechamento do Hospital Colônia Vicente Gomes de Matos, em Barreiros.

Ética: capacitação permanente | A Comissão Permanente de Ética (CPE) tem realizado eventos em consonância com a campanha de gestão Assistentes Sociais contra o racismo. Em articulação com a Rede de Mulheres Negras, o GRESS apoiou a realização do Encontro Estadual de Mulheres Negras de Pernambuco, participando de todas as etapas do encontro e culminando com a participação no Encontro Nacional de Mulheres Negras.

A CPE também participou do Seminário Nacional de Capacitação das Comissões Permanentes de Ética, junto ao Conjunto CFESS-GRESS, para alinhar os processos éticos, assim como esteve presente ao curso de formação Ética em Movimento. A comissão tem se reunido quinzenalmente,

no sentido de dar celeridade às análises de processos éticos e para pensar estratégias de formação das comissões de instrução, o que culminou, no início de 2019, com uma atividade para assistentes sociais da base.

Outras comissões | A Comissão de Saúde realizou o Seminário Assistentes Sociais na Política de Saúde de Pernambuco, com o tema Saúde Pública em Tempos de Desmonte e Resistência. O evento contou com a participação de profissionais, residentes e estudantes da categoria. Discutiu-se sobre a luta em defesa dos direitos sociais e reafirmação da bandeira de luta do Conjunto CFESS-GRESS por uma saúde 100% pública, estatal e de qualidade. Este ano, a Comissão planeja realizar o 2º Seminário.

Na Comunicação, o GRESS vem ampliando os canais de comunicação com a categoria, com a produção de conteúdo para o site, boletim eletrônico e redes sociais. Em 2019, a estratégia é qualificar a divulgação das ações do Conselho, por meio da elaboração de materiais impressos, como o folder institucional e o jornal informativo. Outras estratégias pensadas são: vídeos institucionais; pautas para a mídia tradicional e independente e a promoção de debates sobre Serviço Social e Comunicação. Em relação à campanha do Dia do/a Assistente Social, o GRESS-PE pretende continuar o tom celebrativo, mas de luta, do dia 15 de maio.

No segundo ano de gestão, também ocorreram algumas edições do Café no GRESS sobre Formação Profissional, Assistência Estudantil e Cargos Genéricos, além do debate sobre a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a realização do curso Ética, Ideologia e Mídia, em parceria com a UFPE. Houve ainda as atividades da Comissão de Envelhecimento e Trabalho, sobre temas como HIV-Aids, Mulher, População Indígena e Saúde Mental. Além disso, integrantes dessa comissão participaram, no Piauí, do Simpósio Internacional sobre Políticas Públicas.

Ceará prevê ampliação das formações no interior do estado

Foto: acervo CRESS-CE

Projeto lançado pelo Regional visa a descentralizar as ações da capital e atender a demanda crescente de profissionais no estado

Resistir e descentralizar. Essas foram as necessidades que motivaram as ações do Conselho Regional de Serviço Social do Ceará (CRESS-CE) em 2018 e que continuarão a mover as atividades em 2019. Com a gestão Nossa voz na rua vem para lutar, o Regional se mantém na luta contra o cenário de contrarreformas impostas pelo Estado capitalista, o desmonte das políticas públicas e a retirada dos direitos sociais.

Em 2019, com o projeto Interioriza CRESS, a descentralização das atividades do Conselho continua a ser a prioridade da gestão. Atividades que vão desde a entrega de documentação oficial até a realização de grupos temáticos (GTs), que aprimoram a formação política e teórica do/a assistente social.

Para Kelie Pinheiro, conselheira do CRESS-CE e assistente social do município de Iguatu, “o Interioriza CRESS contribui e fomenta a formação permanente para além do âmbito acadêmico e, o mais importante, sempre tendo como base o nosso Código de Ética”. Ainda para a assistente social, o projeto também leva ao interior do estado as bandeiras de luta da categoria e fortalece a capacidade organizativa do conjunto de trabalhadores/as do Serviço Social.

Resistência também foi o mote das comemorações pelo Dia do/a Assistente Social em 2018, com eventos para profissionais e estudantes, contemplando, além da capital, as regiões do Centro-Sul, do Cariri, de Crateús, da Região Metropolitana de Sobral, do Sertão Central e - pela primeira vez - da região do Vale do Jaguaribe, com atividades na cidade de Russas. A programação foi totalmente gratuita, democratizando e incentivando o acesso dos/as profissionais.

Leiriane Araújo, conselheira presidenta do CRESS-CE, explica que o Interioriza CRESS foi uma forma de descentralizar as ações da capital e atender a demanda crescente de profissionais no interior do estado. “Em 2019, a expectativa é que consigamos desenvolver uma formação e aperfeiçoamento semipresencial para



As comemorações do Dia do/a Assistente Social mobilizam a categoria nos encontros promovidos pelo CRESS

o exercício profissional, ampliando mais ainda o alcance do CRESS em outros municípios”, diz Leiriane.

A presidenta indica ainda que a formação está em fase de planejamento, mas já adianta que assuntos como o Estado e as políticas sociais, as dimensões teórico-metodológicas e as discussões sobre a ética na profissão estarão presentes no conteúdo do projeto.

Em 2019, sob a bandeira contra o preconceito e contra o racismo, os eventos em Fortaleza e em outras regiões serão pautados pela valorização da categoria, formação, fortalecimento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do exercício profissional.

Publicações | O Movimenta CRESS continua em 2019 a sua série especial sobre os 11 princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social. Para comemorar os 25 anos do documento, a publicação deu início, em 2018, a uma série de artigos assinados por profissionais de Serviço Social e tratou de temas como liberdade, democracia, combate ao preconceito e defesa dos direitos humanos.

Os 25 anos do Código de Ética também estiveram na pauta dos principais eventos do CRESS-CE em 2018, como o Seminário Comemorativo ao Dia do/a Assistente Social, o Seminário Estadual sobre o trabalho do/a Assistente Social na Política de Assistência Social, o Seminário Estadual sobre o Trabalho do/a Assistente Social na Política sobre Drogas e Saúde Mental, o Encontro Descentralizado Nordeste do Conjunto CFESS-CRESS e o 2º Seminário Nacional sobre o Trabalho do/a Assistente Social na Política de Assistência Social, este último em conjunto com o CFESS.

Campanha eleitoral | Com a temática Eleições, Serviço Social e Projeto Ético -Político, o CRESS-CE não ficou ausente dos debates acerca dos ataques à democracia que envolveram as eleições 2018. O Conselho chamou para a reflexão os/as assistentes sociais, com campanha em seus canais de comunicação, clamando aos/as profissionais que Assistente social vota com o seu Código de Ética!

Além disso, com o objetivo de reafirmar o posicionamento da categoria pela defesa das políticas sociais, o Regional organizou debates sobre as controvérsias impostas pelo cenário político atual, chamando atenção para o envolvimento da categoria de assistentes sociais na luta pela democracia, pela liberdade e pela justiça social.

Para Cynthia Studart, conselheira do CRESS, era natural que, no ano em que se comemoravam os 25 anos do Código de Ética da profissão e com a proximidade do aniversário de 40 anos da virada do Serviço Social - de rompimento com o conservadorismo - o Conselho chamasse para o debate os/as assistentes sociais. “As eleições 2018 tiveram como marca o ataque severo aos direitos individuais e coletivos, à classe trabalhadora e suas formas de organização. Isso tudo tem impacto significativo na profissão e na nossa categoria”, explica Cynthia.

Ainda para a conselheira, a campanha Assistente social vota com o seu Código de Ética! reforçou para a categoria a defesa da liberdade, da cidadania, da democracia e dos direitos sociais e a posição contrária a qualquer forma de autoritarismo e opressão de classe, gênero, raça, território e orientação sexual.

Assistentes sociais na educação

Regional registra avanços no sentido de ampliar a inserção da categoria em municípios sergipanos

Mesmo num cenário de desfinanciamento e de desmonte de políticas públicas, o CRESS-SE tem conseguido importantes avanços no sentido de ampliar a inserção dos/as assistentes sociais na política de educação em diversos municípios sergipanos. Além de ter engrossado as fileiras nas lutas em defesa da democracia, contra a retirada de direitos e em defesa da classe trabalhadora, o regional deu continuidade à campanha “Assistentes Sociais nas escolas: Eu digo sim”, garantindo a aprovação de legislação que regulamenta o tema em Aracaju e em São Cristóvão.

As escolas são, provavelmente, os equipamentos públicos mais acessados no cotidiano da população e refletem as expressões da questão social nas suas mais variadas roupagens. Assim, a inserção dos profissionais de Serviço Social no trabalho das escolas da rede municipal é fundamental para ajudar a identificar, prevenir e enfrentar casos de violações de direitos no âmbito da comunidade escolar.

“O assistente social é o/a profissional capaz de entender o contexto da comunidade, pois tem potencial para atuar junto às famílias, para promover a cidadania e a democratização das informações no espaço escolar e para prevenir violações de direitos. Nos casos em que o direito já foi violado, nós atuamos encaminhando o indivíduo para o atendimento em outros serviços públicos, fortalecendo assim a articulação das políticas e a intersetorialidade”, argumenta a presidente do CRESS-SE, Joana Rita Monteiro Gama.

Além de ampliar os espaços sócio-ocupacionais para a categoria, com a aprovação da legislação garante-se que a concepção de educação para a cidadania seja uma política de Estado, que não se esgota ao final de determinada gestão.

“Nossa luta é para que a lei traga o reconhecimento da nossa profissão e a regulamentação do trabalho de assistentes sociais nas escolas da rede municipal de Aracaju, em consonância com o que a legislação vigente prevê”, alerta Diléa Lucas de Carvalho, conselheira do CRESS e membro do GT de Educação do Conselho.

Tramitação em Aracaju | O grande avanço de Aracaju se deu em dezembro de 2018, com a aprovação em três instâncias dos Projetos de Lei nº 143 e 144 na Câmara Municipal de Aracaju (CMA), que versam sobre o tema.

A capital sergipana já contava, desde 2016, com a Lei 4.826, que dispõe sobre “os serviços de psicologia escolar e serviço social nas escolas da rede municipal de ensino”. Apesar de representar um importante avanço para a política de educação e para a categoria, a lei precisava ser aprimorada. A distinção entre os conceitos de assistente social e assistência social; a delimitação de competências dos/as assistentes sociais e dos/as psicólogos/as no âmbito da estrutura de funcionamento da escola e a inclusão do/a assistente social como trabalhador/a da política de educação são alguns aspectos deficitários previstos na antiga legislação.

Diante desta necessidade e atendendo ao pedido do CRESS, o então vereador Iran Barbosa protocolou, na Câmara Municipal de Aracaju, os Projetos de Lei nº 143 e 144 de 2018, que modificam a Lei 4.825/2016, no sentido de aprimorá-la e garantir segurança para os/as assistentes sociais atuarem na política de educação. O vereador abriu ainda espaço para que o CRESS pudesse dialogar com os/as demais parlamentares, durante a Semana do/a Assistente Social 2018, quando

a presidente do CRESS, Joana Rita Monteiro Gama, ocupou a tribuna da CMA.

A Secretaria Municipal de Educação de Aracaju possui a Comissão de Políticas Intersetoriais na Política de Educação, que inclui assistentes sociais, e tem desenvolvido um importante trabalho nas escolas da rede municipal. Porém é fundamental que se faça chegar estes/as profissionais a todas as unidades de ensino.

São Cristóvão | A terceira maior cidade de Sergipe, São Cristóvão, também conta agora com uma legislação específica que regulamenta a inserção dos/as assistentes sociais nas escolas da rede municipal. Em novembro de 2018, foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal o Projeto de Lei 035/2018, de autoria do vereador Paulo Júnior.

O diálogo entre o CRESS e o autor da lei teve início em julho de 2018, quando o vereador se reuniu com a direção, escutou as demandas do Conselho e apresentou o Projeto de Lei. Na ocasião da votação do PL, o vereador abriu espaço para que a direção do CRESS ocupasse a tribuna da casa legislativa e argumentasse em favor da medida.

Outras articulações | O CRESS-SE tem percorrido outros municípios com o intuito de apresentar a campanha “Assistentes Sociais nas Escolas: eu digo sim” e articular com atores e lideranças locais projetos de lei similares aos aprovados em Aracaju e São Cristóvão, a exemplo de Porto da Folha, no sertão sergipano, onde o presidente da Câmara de Vereadores, Evelberkes Laurentino da Silva, recebeu o CRESS e firmou compromisso de apresentar a proposta do regional ao prefeito.

GRESS-PI



Mais de 40 municípios são percorridos em visitas de orientação e fiscalização

O CRESS 22º Região / Piauí, cumprindo seu papel constitucional de fiscalizar e acompanhar o trabalho das/os Assistentes Sociais no Piauí, realizou ano passado 163 visitas institucionais, em 43 municípios do estado, sendo possível conversar com 226 profissionais (107 na capital e 119 no interior).

Com esse trabalho, foi possível constatar que todas/os as/os entrevistadas/os tem se qualificado de alguma forma através de cursos, palestras, seminários, conferências, encontros estaduais, regionais e nacionais.

Além disso, contatou-se que 34% das/os profissionais estão atuando em cargos genéricos. Vale ressaltar que a Resolução CFESS nº 572/10 estabelece a obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais

Em defesa do exercício profissional e das bandeiras de luta da categoria!

O CRESS-BA, por meio da gestão Quebrando Pedras e Plantando Flores (2017-2020), acredita na articulação da categoria, em seus diversos espaços de atuação profissional, para o enfrentamento dos retrocessos de direitos e políticas sociais, bem como à conjuntura de precarização do trabalho da/o assistente social.

Os princípios de liberdade, democracia e ética, descritos no código profissional, norteiam a atuação cotidiana do CRESS-BA desde o atendimento na sede até as visitas de fiscalização. No último ano, em meio aos inúmeros desafios, o Regional atuou na defesa do exercício profissional e na melhoria e modernização do atendimento à categoria.

Comissões e eventos | As comissões de trabalho são fundamentais para as ações políticas da categoria. No último ano, a Comissão de Saúde elaborou um protocolo de atuação do Serviço Social em maternidades, a partir de encontros de assistentes sociais da área em Salvador. Como destaque das ações da Comissão de Educação, o Seminário sobre a Produção de Conhecimento e o Serviço Social na Política Baiana de Educação e uma Oficina de Sistematização do Exercício Profissional. A Comissão de Gênero/Etnia promoveu debate sobre a formação de intelectuais crespas e participou da 3ª Marcha do Empoderamento Crespo. A partir da Comissão de Trabalho e Formação Profissional, foi desenvolvida a oficina da Abepss Itinerante em Salvador. O Seminário Estadual de Assistência Social e o Seminário Baiano de Serviço Social no INSS movimentaram as discussões nas Comissões de Previdência e Assistência Social. Em 2018, 17 municípios receberam atividades relacionadas ao Dia da/o Assistente Social. O evento promovido em Salvador contou com

uma programação de dois dias, atividades culturais e seminário com apresentação de trabalho.

Vitória para a categoria! | A UFRB e a UFBA, universidades federais da Bahia, divulgaram em 2018 a aprovação de programas de mestrado em Serviço Social. O CRESS-BA comemora as conquistas, que refletem a luta histórica do Conselho pela democratização do acesso à educação pública e pela qualidade de formação da/o assistente social.

Licitações e contratos | A Comissão de Licitação foi destaque nas ações administrativas e financeiras da gestão. Para avançar no planejamento, eficiência e cumprimento das exigências legais, a comissão executou uma reestruturação e organização de procedimentos e compras realizadas no CRESS-BA. Diego Hortélio, assessor de licitação, destaca os principais resultados obtidos: “Redução de compras por dispensa de licitação; Implantação do pregão eletrônico; Implantação da Agenda de Compras; capacitação de parte dos servidores envolvidos no processo de compras; elaboração de normas internas; padronização de processos, etc”. E complementa: “Planejar é a chave para o sucesso e eficiência de qualquer ato da Administração Pública, evita erros, além de levar maior segurança no processo de tomadas de decisões constantemente demandadas”.

Fiscalização | O Setor de Fiscalização (Sofi), que conta com quatro agentes fiscais e uma coordenadora técnica, visitou, em 2018, 41 municípios, 390 instituições e 264 profissionais em todo o estado. Foram observadas, em 80% das visitas, irregularidades relacio-

nadas ao cumprimento das condições éticas e técnicas do exercício profissional (Resolução 493/2006). Dúvidas sobre o exercício profissional em equipes multidisciplinares também foram destaques do relatório anual da Sofi e estão sendo tratadas em conjunto com a Comissão Assistência Social. A fiscalização do CRESS segue identificando e notificando instituições que oferecem diploma de Serviço Social sem autorização do MEC. No último ano, oito municípios foram visitados com essa finalidade.

Nova sede | Após aprovação na 2ª Assembleia de 2015, o CRESS-BA caminha para a compra de uma nova sede! O novo local irá garantir maior conforto e segurança para a categoria e funcionárias/os.

Novas edições do ética em movimento | Dividido em módulos, o curso é um espaço de formação, com o objetivo de reafirmar os valores emancipatórios para o enfrentamento das violações de direitos no exercício profissional.

Inadimplência | O CRESS-BA iniciou, em 2018, uma campanha estadual para combater o índice de inadimplência, que superou os 39%, de acordo com os dados do siscafweb. A campanha, divulgada no site, e-mails e redes sociais institucionais, ressalta, para a categoria, a importância do pagamento do tributo para o funcionamento da entidade, visto que a anuidade se constitui na sua principal receita, e a inadimplência implica em demandas judiciais para a/o assistente social. Acordos e parcelamento no cartão também estão sendo oferecidos para profissionais que estão em débito com o CRESS-BA.

de Serviço Social, dos/as assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição da/o assistente social, mesmo que contratados sob a nomenclatura de Cargos Genéricos. Verificou-se ainda que pelo menos 32% dos profissionais possuem vínculos de trabalho estatutário, 45% possuem contrato temporário ou serviços prestados e 22% com regimento CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Não foi identificado desrespeito a Lei nº 12.317/10, que dispõe a jornada de trabalho de 30 horas semanais.

Percebe-se que a maioria das/os profissionais ainda é submetida/o a vínculos precários de trabalho, que não asseguram direitos trabalhistas e remuneração justa. O CRESS-PI, em conformidade com a defesa do exercício profissional e com a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos/ãs, fortalece seus campos de atuação e fiscalização, reafirmando sua posição contrária a qualquer proposta salarial que esteja aquém do reconhecimento da profissão e que desvalorizem a categoria profissional.



Quebrando Pedras e Plantando Flores: mobilização para enfrentar a conjuntura

Foto: acervo CRESS-BA

Agenda de trabalho foca comissões

Na Paraíba, CRESS fortalece ações em defesa da profissão. Campanha é destaque

O ano de 2018 foi de muitas atividades no CRESS-PB, desde a reativação à materialização das já programadas. No início do ano, assistentes sociais e estudantes se reuniram para discutir a proposta de reativação da Comissão de Educação do Regional, visto a necessidade de retomar as discussões e fortalecer a parcela da categoria inserida na política educacional. Após o primeiro encontro, foi proposta a realização de uma reunião ampliada e uma agenda de trabalho, em que se incluiu um minicurso sobre Sistematização do exercício profissional de Assistentes Sociais inseridas/os na Educação Básica e o seminário Universidade na conjuntura atual: por uma política de assistência estudantil na pós-graduação da UFPB, realizado em conjunto com o Grupo de Estudos Trabalho, Educação e Serviço Social da UFPB.

Logo após, foram realizadas diversas reuniões envolvendo assistentes sociais e estudantes da graduação e pós-graduação e a proposição de uma agenda anual articulada às Comissões de Seguridade social e de Ética e Direitos Humanos.

Formação e Trabalho Profissional | Seguindo as deliberações e planejamento das comissões, a Comissão de Formação e Trabalho Profissional concentrou seus esforços na criação no Fórum Paraíbaense contra a Precarização da Formação e do Trabalho Profissional, atuando em dois eixos prioritários: a articulação dos/das profissionais do estado da Paraíba, no tocante ao conhecimento das condições éticas e técnicas de trabalho e a incidência política nos espaços sócio-ocupacio-

nais contra o processo de precarização e no enfrentamento aos cursos irregulares e rebaixamento das condições de formação profissional, junto às instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas do estado e Ministério Público Federal. Em 2019, a primeira reunião ordinária da Comissão estabeleceu o fortalecimento do referido fórum, intensificação da luta contra os cursos irregulares e a articulação do Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social.

Orientação e Fiscalização | Já a Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) ampliou suas ações, realizando a função precípua do CRESS, tendo como base suas dimensões político-pedagógica, normativa e disciplinadora. O Regional ampliou as fiscalizações dos espaços sócio-ocupacionais em Campina Grande, na Região Metropolitana de João Pessoa e no interior do estado (Piancó, Patos, Pombal e Catolé do Rocha) e a meta para 2019 será atingir 20 municípios no interior.

Também foram realizadas quatro oficinas sobre sigilo profissional e acompanhamento de todos os editais de concursos e seleções no estado, notificando as bancas e as instituições em relação às atribuições, à obrigatoriedade do registro no Conselho, bem como em relação à carga horária de 30 horas. Quanto à orientação, foram realizadas reuniões de entrega de Documentos de Identidade Profissional (DIPs), na sede em João Pessoa e Seccional Campina Grande. Além dessas, ocorreram fiscalizações, realizadas em parceria com o Ministério Público da Paraíba, nas Instituições

de Longa Permanência de Idosos (ILPIS), comunidades terapêuticas e instituições de atendimento em saúde mental.

Interiorização | No intuito de interiorizar as ações do CRESS, a parceria entre as demais comissões tem sido muito proveitosa na fiscalização e também na organização dos/as trabalhadores/as. Uma iniciativa que vem dando muitos resultados positivos é a Comissão de Interiorização do CRESS, instituída nesta gestão. Ela tem a finalidade de realizar reuniões descentralizadas com a participação dos/as profissionais, tendo como intuito fomentar a articulação para a criação dos Núcleos do CRESS (Nucess) nas regiões de Patos, Pombal e Sumé, bem como eventos em regiões estratégicas para suscitar a mobilização e organização da categoria.

Fóruns e NUCRESS | Ademais, a conjuntura de avanço do conservadorismo, ataque aos direitos da classe trabalhadora e minimização da Proteção Social apontou como necessidade a constituição dos Fóruns Profissionais. As discussões em torno desse processo deram origem à criação do Fórum Estadual de Trabalhadores/as do Suas e o Fórum Contra a Precarização da Formação e do Trabalho Profissional, em parceria com as Comissões de Seguridade Social e Formação Profissional. Esses espaços possibilitaram aos/as profissionais a articulação com outras categorias e entidades representativas, ampliando o processo de organização e luta.

Nesse sentido, a comissão se propõe a dar continuidade às articulações dos/as profissionais, para a formação dos Nucess; realizar debates acerca do fortalecimento e defesa da profissão; fortalecer, em conjunto com a Comissão de Formação Profissional, o processo de sistematização das informações acerca dos cursos irregulares; defender e ocupar os espaços de controle social; estabelecer articulação com movimentos sociais, conselhos, sindicatos e outros/as sujeitos/as coletivos/as que se apresentam na luta em defesa dos direitos sociais.

Nessa direção, o CRESS-PB ampliou, durante o ano de 2018, suas ações, mediante o trabalho realizado pelas atividades articuladas em conjunto com as comissões regimentais e não regimentais e seguirá uma agenda de trabalho, neste ano, com atividades programadas, já articulando-as com as comemorações do mês de maio, no qual se luta pelo fortalecimento de nossa categoria.

Foto: acervo CRESS-PB



CRESS levando a campanha Assistentes Sociais no Combate ao racismo para as ruas paraibanas

Diálogo com movimento negro é fundamental para o combate ao racismo

Em entrevista especial, Regional traz o debate para mobilizar a categoria no estado

O CRESS-AL, gestão A luta nos movimentos, a resistência nos fortalece (2017-2020), iniciou em 2019 espaços de articulação com representantes de movimentos sociais e instituições que atuam no debate da questão racial em Alagoas. Os encontros tiveram o objetivo de construir estratégias para pautar os debates da categoria nas ações desenvolvidas pelo Regional referentes à campanha da gestão do Conjunto CFESS-CRESS: Assistentes Sociais no Combate ao Racismo.

“O CRESS-AL compreende que, para se apropriar da temática, é necessário dialogar diretamente com os movimentos sociais, de modo a pensar conjuntamente as atividades a serem promovidas pelo Regional, que sejam formativas para a categoria e setores afins, com vistas a contribuir para o combate ao racismo”, explica a presidente, Marciângela Gonçalves.

Foi nessa direção que o CRESS-AL conversou com o militante e pesquisador Jeferson Santos, do Instituto Negro de Alagoas (Ineg), para debater sobre pautas relacionadas ao movimento negro e ao fazer profissional do/a assistente social. Confira a entrevista:

CRESS-AL | Ainda nos deparamos com pessoas que afirmam que não há racismo no Brasil, atacando inclusive as Políticas de Ação Afirmativa. Como você vê essa ideia de igualdade racial no Brasil?

Jeferson | São quinhentos anos de escravidão e de convivência com ideias que advogam o suposto convívio harmônico entre as raças. Temos menos de vinte anos de iniciadas as primeiras políticas de promoção da população negra. Portanto, temos quinhentos anos de opressão contra esta população, a qual ainda não se findou! Vivemos num momento de reconhecimento das particularidades étnicas que nos constituem enquanto nação. Esse é o primeiro passo. O segundo é reconhecer que determinados segmentos desta nação possuem uma trajetória de preterimento e de total exclusão na garantia de sua existência enquanto seres humanos. Falamos de uma política deliberada do Estado brasileiro e da iniciativa privada, em minar o pleno desenvolvimento da cidadania negra, começando com a proibição aos negros da venda de gêneros alimentícios pelas ruas de Maceió, tal qual preconizava decreto-lei do estado de Alagoas em meados do século 19. Em nossas

relações raciais, a referência à cor e, por consequência, à raça, se dá diariamente em nosso cotidiano. Quando politizamos o debate racial, a coisa muda de figura. Não é permitida a nós a politização do debate racial brasileiro. O mesmo deve ficar no âmbito do lúdico, do jeitinho brasileiro de ser e, claro, dentro das próprias práticas racistas. O debate racial brasileiro precisa superar a situação de mero capítulo de nosso passado colonial nos livros de História. São quase quatrocentos anos de escravidão, e isso trouxe consequências concretas para a população negra! Somam-se a isso as práticas eugenistas de nossas instituições no pós-abolição! O estado de Alagoas e as famílias que escravizaram nosso povo possuem uma dívida conosco. Tal dívida deve ser paga não apenas com políticas de ação afirmativa, mas também com ações indenizatórias.

CRESS-AL | A partir da experiência de vocês, quais estratégias julgam necessárias para que profissionais desenvolvam, em seus espaços de trabalho, o combate ao racismo institucional?

Jeferson | A promoção do negro deve se dar em todas as esferas da sociedade. Todas as políticas públicas desenvolvidas pelo poder público, e mesmo o privado, devem possuir um recorte étnico para atender às nossas demandas. A inexistência do mesmo implica na manutenção do negro na condição de marginalizado. É possível dizer que já temos um razoável aparato legislativo que permite aos profissionais tomarem iniciativas nesse sentido, a exemplo do Estatuto da Igualdade Racial, o qual aponta uma série de possibilidades a serem desenvolvidas em áreas como educação, saúde, lazer, etc. Antes disso, é preciso que as instituições e organizações de profissionais se debrucem sobre a necessidade de compreensão do negro e de sua condição socioeconômica por meio de atividades formativas. É o que temos feito com assistentes sociais e policiais militares.

CRESS-AL | No cenário político atual, o que você

destacaria como principais tarefas e desafios para o enfrentamento do racismo em nosso país?

Jeferson | O racismo possui a habilidade de se refazer e resignificar-se. Seja no campo objetivo ou no campo do debate teórico, muitas vezes temos que percorrer tudo novamente, a exemplo da resistência em aceitar as comissões de heteroidentificação por parte daqueles que já concordam e mesmo defendem as políticas de cotas raciais. Parece-nos que as pessoas não entenderam ainda a natureza das políticas de ação afirmativa. A cada momento que a raça é posta em evidência, temos mais uma vez que nos deparar com argumentos conservadores que pareciam ter sido superados, mas infelizmente ainda não o foram. Falar em raça na sociedade brasileira ainda é tabu. Precisamos incrementar nosso debate, levando o mesmo também para a esfera privada. Como disse acima, as famílias que escravizaram continuam a conviver conosco sem nenhum sentimento de culpa, tampouco de responsabilidade. É preciso construir parcerias e alianças com instituições que tenham na sua natureza o dever do estabelecimento de uma sociedade justa e respeitosa. É o que nós temos feito com o Ministério Público Estadual e com organizações populares como Associação Cultural Sorridente, situada no conjunto Cidade Sorriso, em Maceió.



Saiba mais das iniciativas e discussões desenvolvidas pelo Ineg/AL acessando inegalagoas.org

Foto: acervo CRESS-AL



Jeferson (à esquerda) durante entrevista com o CRESS

GRESS investe em comunicação, capacitação e interiorização

Levar a pauta do Serviço Social para toda região amazônica é desafio cotidiano

Frente à complexa conjuntura do país, que põe em risco conquistas históricas da classe trabalhadora e com repercussões profundas na região amazônica, impõem-se inúmeros desafios à luta em defesa do projeto ético-político profissional do Serviço Social. É neste contexto que a gestão Nada a Temer! Lutar é preciso, do GRESS-AM, pautada nas deliberações do Conjunto CFESS-GRESS, continua, em 2019, investindo esforços no desenvolvimento de ações que contribuam para o fortalecimento da categoria profissional e defesa dos direitos sociais.

Descentralizado e Seminário das Cofis

O GRESS-AM receberá, no mês de julho, os GRESS da região norte para mais um evento da categoria. A diretoria da entidade acredita que o Encontro Descentralizado CFESS-GRESS e o Encontro das Comissões de Orientação e Fiscalização Profissional (Cofis) serão marcados por dias de trabalho, com trocas, construção coletiva e partilha de saberes e estratégias em prol do exercício profissional qualificado e de afirmação do projeto profissional.

Os Descentralizados permitem às gestões regionais uma reflexão crítica sobre os avanços e desafios que marcam o processo de execução das deliberações em nível estadual e, por conseguinte, regional. Possibilitam ainda, pensar estrategicamente o fortalecimento das lutas coletivas a serem empreendidas pela categoria, em consonância com o projeto ético-político da profissão.

Destaca-se também a realização do Fórum das Cofis, que visa a contribuir para a melhoria do processo de fiscalização, de procedimentos administrativos e da exe-

cução da Política Nacional de Fiscalização (PNF). Busca-se também o fortalecimento das atividades dos/as agentes fiscais para o enfrentamento da precarização do trabalho de assistente sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, além de contribuir para a elaboração coletiva de propostas a serem encaminhadas aos Encontros Descentralizados.

Encontros da Seguridade | O Encontro Estadual de Seguridade Social e Educação será realizado pela Comissão de Seguridade Social (CSS) nos dias 21 e 22 de novembro de 2019, com o objetivo de refletir sobre a conjuntura atual e seus impactos nas políticas de Seguridade Social e Educação no âmbito nacional e na dinâmica particular do Amazonas, enfatizando, nesse contexto, as estratégias de resistência do Serviço Social.

Na Coordenação do FETSUAS/AM, o GRESS-AM, por meio da CSS, promoverá em 2019 o 2º Seminário Estadual dos/as Trabalhadores/as do Suas do Amazonas. O evento dará continuidade às discussões sobre a política de assistência social, em especial no contexto amazônico, que apresenta realidade complexa e contraditória. Como prioridade, será também problematizado o papel do/a trabalhador/a e usuário/a do Suas enquanto protagonistas na gestão, execução e controle social da política de assistência social, para, a partir daí se construírem propostas de enfrentamento das problemáticas específicas do Amazonas.

Comunicação e Acessibilidade | Com vistas à promoção e aprimoramento da acessibilidade, o GRESS-AM disponibilizará, em

2019, no site do conselho, a ferramenta tecnológica Rybená WEB, que garantirá às pessoas com deficiência auditiva e visual o acesso ao conteúdo do site por meio da audiodescrição, janela de libras, legendagem de áudio.

Interiorização é compromisso | A realidade no interior do Amazonas apresenta-se desafiadora para a atuação efetiva do GRESS. No cotidiano amazônico, devido ao tamanho do seu território, as distâncias e acesso aos municípios manifestam problemáticas muito particulares, como: a demora e alto custo dos deslocamentos, na maioria das vezes apenas possíveis por via aérea ou por meio hidroviário; dificuldades de comunicação e acesso à internet, entre outros. Contudo, tem sido compromisso da gestão investir recursos financeiros e humanos para consolidar ações estratégicas do regional nos municípios do interior.

Fiscalização no interior do estado | A Cofi tem realizado inúmeras ações de fiscalização em instituições públicas e privadas que contratam as/os assistentes sociais, além da realização de debates, encontros, seminários e reuniões ampliadas com a categoria.

Criação de mais dois NUCRESS | Em 2019, serão criados os Nuress de Itacoatiara (agosto) e de Tefé (setembro) como parte do projeto de interiorização do GRESS-AM e ampliação de suas ações de fiscalização e fortalecimento político da categoria. Esses vêm somar com outras experiências já consolidadas no Regional, como o Nuress Manacapuru e o de Parintins.

GRESS-RO

Categoria cada vez mais perto do GRESS-RO

Exibição de filmes, seguida de debates, está entre as estratégias da entidade

O GRESS-RO realizou, em janeiro de 2019, o primeiro encontro com os/as profissionais que representam a entidade nos conselhos de direitos e os que auxiliam a gestão atual participando das comissões. A vice-presidente em exercício, conselheira Noeme Ribeiro de Assis Lemos, fez a acolhida aos/as participantes, pontuou as dificuldades que a gestão encontra e finalizou ressaltando a alegria de eles/as aceitarem o convite e se fazerem presentes.

A conselheira Auricélia Cavalcante Santos, membro da Cofi do GRESS-RO, falou dos eventos que a comissão realizará e, dentre eles, as rodas de conversas após

a apresentação do Cine GRESS. Assim, foi repassada a palavra aos/as participantes representantes do GRESS nos conselhos de direitos. Antônia Matos, assistente social e representante do Regional no Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescentes (CMDCA), destacou sua recente atuação e colocou a importância da representação e o aprendizado adquirido nesses três meses. Jéssica Ferreira, assistente social e representante do GRESS no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM/RO), falou de sua atuação e da importância de se ter essa representação nos conselhos de direitos.

Aproximar CRESS e categoria é prioridade

Regional promove série de ações. Em setembro, sediará o 48º Encontro Nacional

O ano de 2018, para a gestão do CRESS-PA lutar quando a regra é ceder: O CRESS mais perto de você, foi de organização da dinâmica administrativa e planejamento de ações para 2019. A diretoria iniciou 2019 com fiscalizações na Região Metropolitana de Belém, capital do estado, principalmente na área da assistência social e saúde. Vale ressaltar que, no ano de 2018, mais de 30 municípios foram visitados com as fiscalizações. O projeto CRESS mais perto de você vem amadurecendo e cada vez mais se aproximando da categoria, seja por ações presenciais, seja pelos cursos formativos on-line e mídias do CRESS, que sofrem mudanças radicais, para assim atender com qualidade à categoria profissional no Pará.

O CRESS-PA realizou, em conjunto com os CRESS do Norte, o Encontro de Seguridade Social do Norte, um momento de reflexão e de fortalecimento dos/as trabalhadores/as assistentes sociais da seguridade social, que vêm sofrendo ataques por parte do Estado brasileiro que, para atender aos interesses do mercado e desse sistema excludente, opta pela retirada de direitos da classe trabalhadora.

Na Semana do/a Assistente Social, houve uma programação que retrata o comprometimento da gestão com os/as profissionais de Serviço Social do Pará, reafirmando que Regressão de direitos tem classe e cor: assistentes sociais no combate ao racismo. A gestão do Regional retomou o prêmio Stela Menezes e vivenciou momentos de extrema satisfação com os/as profissionais que foram indicados/as por



Ações do CRESS pelo Pará reuniram centenas de assistentes sociais

suas regiões, para receber um prêmio pelo trabalho realizado e compromisso com a profissão. O CRESS-PA entende que esse prêmio se estende a muitos/as assistentes sociais, que atuam nesse país chamado Pará, de forma exemplar. E que, mesmo com todas as adversidades, não fogem da luta nem tampouco princípios éticos.

O CRESS-PA, juntamente com os Nucess (Guamá, Carajás I e II, Baixo Tocantins, Caetés, Rio Capim, Tapajós, Rio Xingu

e Sul do Pará), realizou o encontro de interiorização em Belém, como também os eventos alusivos ao Dia do/a Assistente Social e demais atividades. A aproximação dos Nucess fortalece a entidade e a categoria. Portanto, o CRESS-PA convida os/as assistentes sociais a participarem do Nucess da sua região, para o fortalecimento e aproximação com o Conselho Regional, que é de todos/as.

A seccional de Santarém está também mais próxima dos/as profissionais do baixo Amazonas e, conforme prometido pela gestão do CRESS-PA, todos os eventos que acontecem em Belém são levados, em uma versão mais reduzida, para Santarém, com a participação de grandes nomes nacionais. A seccional está de portas abertas, aguardando você para nossas atividades! Assistente social, participe das comissões e programações do seu CRESS!

Um outro momento importante para o Serviço Social no Pará será o 48º Encontro Nacional CFESS-CRESS, que ocorrerá em setembro em Belém. Esse é o grande momento de definições do rumo de atividades da categoria profissional, em que representantes de todos os CRESS do Brasil, CFESS e representantes da base estarão discutindo e definindo as bandeiras de luta e o comprometimento com a categoria e com a classe trabalhadora.

O CRESS mais perto de você é a possibilidade que o Regional tem de estar próximo dos/as profissionais e seguir construindo a profissão, com o olhar para a singularidade amazônica, num diálogo com a realidade nacional e local, e principalmente defendendo o Serviço Social brasileiro.

Após as trocas de experiências, a conselheira Cleide Marculino, atual coordenadora da Comissão de Ética e Direitos Humanos, falou sobre o projeto do Cine CRESS, pontuando a importância deste projeto para atual gestão do CRESS - Unidos Pela Igualdade, uma vez que se faz necessário entre todos os/as profissionais de Serviço Social.

A primeira edição do Cine CRESS possibilitou um debate sobre temas ligados ao Serviço Social por meio do cinema. O filme

exibido foi O Valor de um Homem, sobre a temática Ética, Realidade Profissional e Sociedade. A exibição foi seguida de debate com os/as profissionais, dentre os/as quais bacharéis e acadêmicos/as de Serviço Social. Para a profissão, é ímpar o Código de Ética do/a Assistente Social, pois direciona a atuação profissional.

O Cine CRESS é voltado para assistentes sociais, acadêmicos/as de Serviço Social e a comunidade no geral. Em breve, o CRESS-RO anunciará a próxima edição. Participe!



Exibição de filmes aproxima categoria do CRESS-RO

Em Tocantins, curso do CRESS contribui para qualificação da supervisão de estágio

Um projeto vem fazendo a diferença para diversos/as supervisores/as de campo e acadêmicos/as na área de Serviço Social em Tocantins. É o curso de aperfeiçoamento para os/as supervisores/as de estágio com o tema A Supervisão em Serviço Social: Reflexões Atuais. A iniciativa é do CRESS-TO, em parceria com unidades de ensino do Estado.

Para a presidente do CRESS-TO, Eliane Cristina Costa de Oliveira, a ideia surgiu após deliberações da carta do 3º Fórum de Supervisão de Estágio, promovido pelo Regional em junho de 2018. “Verificamos a necessidade de ofertar este curso, que tem como foco principal contribuir com o entendimento do processo de trabalho da profissão e sua relação com a formação e para o fortalecimento do Serviço Social. Qualificar os/as profissionais quanto à supervisão e, ao mesmo tempo, realizar reflexões a cerca do exercício profissional e da função do estágio e da supervisão na formação profissional, conforme o nosso projeto ético-político”, destacou.

O assistente social e diretor do campus Miracema da UFT, André Luiz Silva, falou da importância de adquirir conhecimento. “Que este curso traga bons frutos, que possamos nos esforçar cada vez mais na busca do conhecimento, pois o aprendizado é cotidiano, não finaliza nunca. Hoje o Serviço Social possui uma realidade desafiadora, que requer uma articulação entre instituições e profissionais”, afirmou.

A conselheira do CRESS e coordenadora da Comissão de Formação, Magnólia Moura, ressalta que o curso vem agregar uma proposta de reflexão de um trabalho continuado para a profissão. “Precisamos discutir a questão do estágio, nas bases teóricas. Este curso tem agregado para uma reflexão sobre a atualidade e tem destacado referenciais teóricos importantes, trazendo uma análise e, ao mesmo tempo, uma autocrítica da nossa profissão”, destacou.

Quem aproveitou a oportunidade foi a assistente social e supervisora Célia Pereira da Mata, que está satisfeita. “Fiquei muito feliz quando soube deste curso, que é uma forma de o/a assistente social adquirir maior conhecimento e melhorar nossa prática, no nosso processo de trabalho”, declarou.

A assistente social e supervisora do Centro de Atenção Psicossocial de Miracema (Caps), Meryvalda Melo, ressaltou a relevância da iniciativa. “O curso auxiliará muito a nossa qualificação profissional”, ressaltou.

Para a professora Leda Noletto, da UNIP, a iniciativa veio ao encontro das necessidades atuais sobre estágio e formação. “Tínhamos dificuldades de discutir sobre formação e sobre a supervisão de campo na atual conjuntura. Durante o curso, refletimos a atuação, buscamos estratégias e caminhos para ultrapassar as dificuldades e fortalecer a categoria, realizar um alinhamento da linguagem juntamente com os/as acadêmicos/as”, destacou.

Sobre o curso | O curso de aperfeiçoamento é ofertado na modalidade presencial e conta com carga horária de 180h durante 12 meses. Cada módulo são três encontros presenciais de 4h cada e 3h não presenciais, totalizando 15h.

Implantação de novo

Após o percurso de quatro anos para o desmembramento da Seccional de Roraima do CRESS-AM, em maio de 2018 efetivou-se de fato esse momento com a posse da diretoria provisória, responsável por viabilizar o processo eleitoral da primeira gestão eleita e dar início aos trabalhos para implantação do CRESS-RR. Agora são 27 Regionais por todo o Brasil.

A primeira diretoria eleita com 18 membros, com posse em 28 de novembro de 2018, coube trilhar os desafios da implantação do novo CRESS, tendo como base as normativas do Conjunto CFESS-CRESS e as normas jurídicas vigentes, buscando a consolidação das ações propostas no Encontro Nacional CFESS-CRESS, o cumprimento dos preceitos da administração pública brasileira e o projeto ético-político profissional.

Muitos têm sido os desafios a vencer nesse começo de gestão, diante da limitação orçamentária e da falta de qualificação dos/as profissionais para a gestão pública. “Tornar-se independente, estruturar e implantar os serviços voltados à categoria em Roraima, e ainda cumprir a agenda política do Conjunto CFESS-CRESS têm sido uma missão vigorosa”, explica a presidente do CRESS-RR Ana Laura Menezes.

Gestão dos serviços | Diante dos desafios postos, a diretoria vem trabalhando fortemente para o funcionamento de todos os serviços inerentes a um órgão de fiscalização profissional, desenvolvendo ações como: a fiscalização profissional, criação das comissões regimentais e temáticas, atendimento à categoria, contratação e preparação de recursos humanos, análise dos processos

CRESS-AP em movimento

Uma importante atividade realizada pelo CRESS-AP em 2018 foi o Encontro Descentralizado da Região Norte do Conjunto CFESS-CRESS, ocorrido em julho. O evento aconteceu na Universidade Estadual do Amapá e no Shopping Vila Nova, em Macapá. O evento é parte da agenda organizativa do Conjunto CFESS-CRESS e o segundo ano das gestões 2017-2020 foi reservado ao monitoramento do planejamento (realizado em 2017, no 46º Encontro Nacional em Brasília) e preparação para os debates que aconteceram no Encontro Nacional em Porto Alegre entre os dias 6 e 9 de setembro de 2018.

O presidente do CRESS-AP, Luciano Bezerra, avalia que o evento possibilitou debater ações de grande importância para construção e manutenção do projeto ético-político da profissão. “O evento nos proporcionou, por meio do diálogo e da troca de experiências, avaliar dificuldades e fragilidades além de avanços dos Conselhos”, afirmou.

Fortalecer a Cofi | Entre os compromissos assumidos pela gestão Tempo de dizer, que não é tempo

de calar, no segundo semestre de 2018, destacam-se: o fortalecimento das ações de orientação e fiscalização do exercício profissional, com o acompanhamento de editais de concursos públicos e processos seletivos publicados em desacordo com a Lei 8.662/93; posicionamentos em defesa dos princípios éticos e dos direitos sociais nos espaços de controle social; Implantação do registro de campos de estágio informatizado; ação de enfrentamento à inadimplência com orientação pedagógica sobre o caráter da anuidade e monitoramento dos contratos de renegociação, diminuindo consideravelmente o percentual de inadimplência no Regional e o levantamento de profissionais que não apresentaram diploma e orientação quanto aos prazos e sanções.

“Apesar do desafio que nos impõe limites, nossa gestão do projeto dar continuidade às ações planejadas para 2019, com o convite aos/as profissionais da base para a participação nas comissões e participação no Curso modular Ética em Movimento”, completa o presidente da instituição, Luciano Bezerra.

CRESS traz conjunto de desafios

éticos, aplicação dos recursos com planejamento orçamentário e execução financeira, implantação dos sistemas de gestão, portal da transparência, organização dos serviços e setores – até então inexistentes; elaboração de portarias e resoluções, convocação de assembleias junto à categoria, entre tantos serviços diariamente desenvolvidos que competem a um Regional.

Participação da categoria nas ações | Outro aspecto em destaque refere-se à captação de profissionais de base, como prisma para o fortalecimento das lutas cotidianas, visto que o Conjunto CFESS-CRESS tem como foco o envolvimento direto dos/as assistentes sociais de base em espaços deliberativos e executivos, a exemplo da composição das comissões, para o desenvolvimento das atividades do CRESS.

“Sabemos que o processo de sensibilização, envolvimento e participação efetiva dos/as profissionais é historicamente um desafio que, diante da conjuntura em que vivemos, torna-se ainda maior, desde a formação ao efetivo trabalho pro-

fissional, constituindo-se numa grande batalha iniciar um trabalho, tendo a participação e o envolvimento da categoria, como é o caso de Roraima”, afirma a presidente do Regional.

Aproximação com a sociedade civil | O estado de Roraima enfrenta um momento de crise financeira, desencadeado por diversos problemas políticos, econômicos e sociais, muitos dos quais impactam diretamente na atividade profissional e desafia os/as assistentes sociais a uma aproximação com a sociedade civil organizada, fortalecendo as formas de participação social, que demandam do estado a efetivação dos direitos sociais, civis, trabalhistas e políticos.

A Cofi e o combate à inadimplência | O enfrentamento à inadimplência em Roraima é a principal ação a ser executada nesta gestão. Especialmente porque o estado possui o percentual de 55% de profissionais inadimplentes com o CRESS, em amplo processo de implantação, re-

alidade que auxilia a entender acerca das condições objetivas de trabalho, sobre a realidade profissional no estado, o desemprego, a exploração da força de trabalho e a baixa remuneração, que afeta diretamente os/as assistentes sociais. Isso tudo associado ao fato de que muitos/as profissionais ainda desconhecem a natureza e o significado do pagamento das anuidades e o destino dos recursos financeiros advindos destas anuidades.

De acordo com a presidente, Ana Laura Menezes, “traçar o caminho da autonomia do novo CRESS nos desafia na perspectiva político-participativa da categoria, na gestão pública orçamentária e financeira, na capacitação de recursos humanos, na aproximação com a sociedade civil organizada, no atendimento aos pleitos da categoria, na formação profissional e no cumprimento das nossas Bandeiras de Luta e deliberações do Conjunto CFESS-CRESS, com base no projeto ético-político profissional, missão hercúlea, exigindo força extraordinária, sendo esse o nosso maior desafio hoje”.

CRESS-AC

Regional comemora participação da categoria

Em 2018, a gestão Consolidando e fortalecendo o Serviço Social no Acre, do CRESS-AC, desenvolveu mecanismos e executou ações a fim de contribuir no fortalecimento e pertencimento da categoria no estado. Para tanto, os/as conselheiros/as e as principais comissões realizaram várias atividades.

Em fevereiro de 2018, a Comissão de Direitos Humanos realizou uma roda de conversa com acadêmicos/as do curso de Serviço Social da Faculdade da Amazônia Ocidental (FAAO) e UNIP. Na ocasião, a presidente do CRESS, Elza Abreu, realizou breve explanação sobre direitos e desafios na atuação profissional. Ainda em fevereiro, o CRESS promoveu, para os/as conselheiros/as, um curso de capacitação para a Comissão Permanente de Licitação. O curso teve duração de 16 horas e foi ministrado por Ana Cristina Araújo, auditora de controle externo do TCE/AC.

No mês de maio, em alusão ao Dia do Assistente Social, o CRESS-AC realizou rodas de conversa com profissionais e acadêmicos/as e oficinas descentralizadas para profissionais que residem longe da capital. Os eventos ocorreram nos municípios de Cruzeiro do Sul, Feijó, Brasília e Sena Madureira. “As atividades foram de grande valia para os/as profissionais conhecerem melhor as ações que o Conselho vem realizando”, avalia a presidente do CRESS-AC, Elza Abreu.

Organizou também em maio uma reunião técnica com assistentes sociais do INSS. O evento contou, ainda, com a participação da assistente social Sandra Amorim, que fez apresentação sobre a instrumentalidade da profissão.

A Comissão de Ética e Direitos Humanos, em parceria com a Comissão da Roda de Conversa do Serviço Social do Acre, promoveu atividades sobre a temática e bandeira de luta contra a LGBTfobia. Houve a participação de profissionais de diversas áreas e o debate teve o direcionamento da vice-presidente da Associação dos Travestis e Transexuais do Acre (AT-TRAC), Rubby da Silva.

Em julho, a Comissão de Seguridade Social realizou a roda de conversa com os/as profissionais, referente à Política sobre Drogas e Saúde Mental. Os/As presentes puderam ouvir um debate crítico proposto pelos/as assistentes sociais Fábio Santos e Cleia Souza. As conselheiras do CRESS Arizalda Saldanha e Rosiane Cruz explicaram sobre o Seminário Nacional: o trabalho do Assistente Social na Política de Drogas e Saúde Mental.

É importante destacar também que a referida comissão realizou ainda o Seminário Estadual de Trabalhadores/as da Política de Assistência Social, que contou com a participação de profissionais de 90% dos mu-

nicipios do estado. Os/as profissionais tiveram a oportunidade de dialogar e debater sobre as dificuldades, avanços e retrocessos na política de assistência social, assim como experiências em seus espaços de atuação.

O mês de julho contou ainda com a realização da Assembleia Ordinária do CRESS. Na ocasião, foram apresentados os planejamentos e as atividades realizadas, além dos desafios para a execução.

A partir de setembro de 2018, as atividades realizadas foram a oficina sobre o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e a entrega dos primeiros documentos de identidade profissional (DIPs). Também houve a participação do CRESS-AC no lançamento do Fórum Permanente Drogas: Direito, Prevenção e Cuidado em Rede.

No âmbito da orientação e fiscalização do exercício profissional, o CRESS-AC visitou algumas instituições, com o objetivo de aprofundar e socializar a discussão sobre as atribuições do/a assistente social, contemplando o debate sobre o material técnico-sigiloso, suas condições éticas e técnicas de trabalho.

Assistentes sociais, estejam juntos/as com o CRESS! A sua participação é de fundamental importância na luta contra qualquer retrocesso de direitos. Assim como uma categoria fortalecida contribui na perspectiva de tempos melhores!

CRESS participa de audiência pública em defesa da Consciência Negra

O CRESS-MT realizou, no período de junho a outubro de 2018, uma série de visitas de orientação e fiscalização dos/as profissionais da capital do estado, Cuiabá, nas unidades da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos de Mato Grosso. No sentido de realizar devolutiva dos trabalhos de fiscalização, no mês de novembro, a equipe de fiscais realizou duas mesas-redondas com as/os profissionais.

De acordo com a assistente social agente fiscal Inara Koga e a presidente do CRESS, Andréia Amorim, este foi um momento rico para o Regional e para os/as profissionais, dada a importância da educação permanente do/a assistente social, na medida em que a conjuntura atual exige conhecimento das múltiplas determinações da realidade e a construção coletiva de alternativas e estratégias de trabalho, diante de demandas e necessidades humanas das/os usuárias/os dos serviços na área sociojurídica, acima de tudo, pela necessidade de se reafirmar o compromisso com a classe trabalhadora em tempos de barbarização do capital.

A atividade teve o objetivo de proporcionar um processo reflexivo do fazer profissional, socialização de experiências, e consequentemente contribuir com a qualidade dos serviços prestados à população. O tema Mediação e exercício profissional no sistema judiciário foi abordado pela professora Rutelêia Cândida de Souza Silva (UFMT). Houve também debate sobre as especificidades do exercício profissional na Sejudh, com os aspectos relevantes identificados pela fiscalização do conselho. Ao todo, foram 47 profissionais do Serviço Social desta secretaria, tais como Penitenciária Central do Estado (PCE), o Centro de Ressocialização de Cuiabá (CRC), o Centro Socioeducativo de Cuiabá (Complexo Pomeri), o Fórum de Custódia, EAP, NGER, o Centro de Direitos Humanos e Superintendência de Políticas sobre Drogas.

E na Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS) e Secretaria de Estado de Gestão (SEGES), seguindo esta mesma dinâmica, realizou-se uma mesa redonda

com as/os profissionais. Foram abordados dois temas: Serviço Social: Competências e Atribuições Profissionais, desenvolvido pela professora Ivna de Oliveira Nunes (UFMT), e O exercício profissional na SETAS e SEGES: aspectos relevantes da fiscalização, desenvolvido pelas agentes fiscais do Conselho. As atividades de fiscalização do CRESS abrangeram 35 assistentes sociais da Setas e Seges (SINE, Educação Permanente, Cidadania, Pró-família, Recursos Humanos, Assistência Social e Planejamento: Gestão de Pessoas, Perícia Médica e Saúde e Segurança).

Cofi em Ação – Interiorização das ações |

O CRESS-MT realizou a atividade Cofi em Ação, no município de Alto Araguaia. Esse encontro buscou contribuir com o processo de aprimoramento profissional, bem como para o fortalecimento organizativo da categoria, levantando assim as bandeiras de lutas, vislumbrando a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social. O tema Serviço Social: Saberes, Competências e Sigilo Profissional foi desenvolvido pela agente fiscal Daniella Campos e Desafios e dilemas do exercício da profissão de Serviço Social pela assistente social convidada Lillian Passarelli.

Seminário Estadual do Sociojurídico |

Em continuidade às atividades planejadas em 2017 e 2018 pela Comissão Sociojurídica, vem ai o Seminário Estadual do Sociojurídico, envolvendo 250 profissionais. Com o tema

Serviço Social na área sociojurídica: dilemas, desafios e lutas haverá palestra de Jefferson Lee de Souza Ruiz, assistente social, doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O evento é previsto para março de 2019, por meio de diálogos temáticos, abordando os contextos do Sistema Socioeducativo, Ministério Público, Judiciário e a interface com as políticas públicas de acolhimento de crianças e adolescentes, assistência social, delegacias de segurança pública e defensoria.

Em defesa da Consciência negra |

Tramita na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) um projeto de lei (PL) 310/2018 que pretende retirar o feriado da Consciência Negra no estado. O CRESS é contrário e, por isso, participou, em dezembro de 2018, de audiência pública sobre o tema. Na ocasião, a presidente do CRESS, Andréia Amorim, avaliou o projeto como uma expressão declarada do racismo e destacou ainda a campanha Assistentes sociais no combate ao racismo.

“Quando uma ‘casa de leis’ propõe um projeto dessa natureza, vemos isso como negação do direito, é mais um processo de preconceito contra a população negra, que perdura até hoje. Para nós, 20 de novembro é uma data simbólica, que fortalece nossa identidade étnico-racial, e que visa a mudança nas condições objetivas de vida da população negra”, destaca Andreia Amorim.

Foto: acervo CRESS-MT



Orientação e fiscalização profissional: ação prioritária para o CRESS-MT

CRESS-DF

CRESS-DF segue em ação na defesa da profissão

A gestão Florescer na Luta, do CRESS-DF, completa seu segundo ano de mandato e, nesse período em que esteve à frente do Regional, muitos desafios foram vencidos, alguns avanços alcançados e algumas dificuldades evidenciaram a necessidade de união entre os/as profissionais, como no processo de mobilização contra a terceirização da saúde no DF.

Em 2018, a gestão do CRESS-DF passou por um processo de recomposição e incorpo-

rou dez novas conselheiras. Com a eleição dos novos membros, um novo fôlego é tomado e a perspectiva para 2019-2020 é ampliar o trabalho realizado, intensificar o atendimento das diversas demandas da base e florescer na luta.

Mesmo em meio a um cenário adverso, o CRESS-DF se manteve ativo em 2017 e 2018. Em destaque, está a realização da conferência intitulada Questão Racial, Serviço Social e Política Social em 2018, promovida em parceria com a

Por tempos mais humanos, justos e solidários: CRESS-GO em ação!

Regional faz balanço das últimas atividades

O CRESS-GO, por meio da gestão Lutar Sempre, Temer Jamais (2017-2020), tem priorizado os trabalhos do eixo da Orientação e Fiscalização, garantindo uma intensa agenda de visitas, contemplando vários municípios do estado em que ainda não se tinha conseguido fazer nenhuma intervenção. Foram realizadas visitas de fiscalização em 42 municípios, 178 instituições e centenas de assistentes sociais.

Outra ação importante – e igualmente prioritizada – é a interiorização das ações voltadas para a organização da categoria na defesa da profissão e das políticas públicas, com a criação e fortalecimento dos Nuress (núcleos de base de assistentes sociais), com vistas a potencializar a organização e a formação ético-política das/os profissionais de base.

Foram vários encontros ao longo de 2018, a realização do 8º Simpósio Goiano de Serviço Social nas cinco regiões em que os núcleos já estão constituídos e a edição do Curso Ética em Movimento, projeto/estratégia do Conjunto CFESS-CRESS que, há quase 19 anos, vem capacitando as/os profissionais para o exercício cada vez mais qualificado e competente da profissão – o que será reforçado em 2019, no interior do estado e Região Metropolitana de Goiânia.

A Semana da/o Assistente Social e o Simpósio – que ocorrem juntos – foram determinantes para o fortalecimento da organização da categoria no ano passado, e permanecem farol de luta em 2019, com comissão organizadora já criada, aberta à participação de profissionais que desejem e possam contribuir.

O CRESS, no acolhimento e julgamento de denúncias éticas, por meio da Comissão Permanente de Ética, tem protocoladas oito denúncias, das quais duas já em fase de julgamento e uma arquivada. As demais foram distribuídas entre os membros da comissão, visando a dar agilidade nas análises e nos encaminhamentos neces-

sários. Entende-se que esse processo é reflexo da apropriação da função social da profissão pela sociedade, que passa a exigir a qualidade no atendimento, à luz dos seus direitos, seja na relação entre profissionais ou entre usuários/as. “Temos também atuado com determinação para o fortalecimento das finanças do CRESS, sempre na defesa das/os profissionais”, ressalta a presidente do Regional, Ana Ângela Torres Brasil.

Segundo ela, o Regional fez uma revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração das/os trabalhadoras/es, de forma a possibilitar a realização de concurso público para provimento de vagas em substituição aos contratos temporários, numa perspectiva de qualificar cada vez mais o trabalho disponibilizado à categoria.

Para além dessas ações, que dão materialidade aos compromissos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos contidos no projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro, o CRESS-GO acompanhou e participou das diversas lutas da sociedade pela defesa da manutenção, da ampliação e mesmo restauração de direitos, frutos de conquistas históricas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais a ela aliados. Dentre elas, a luta contra as contrarreformas trabalhista, da previdência, da Emenda Constitucional do teto de gastos,

flagrante ataque aos direitos sociais.

Além disso, o CRESS se coloca contrário ao retrocesso da política antimanicomial, o permanente combate às violações e extermínio de adolescentes e jovens nas periferias, nos sistemas socioeducativo (em Goiás, as mortes dos dez adolescentes carbonizados no Centro de Internação Provisória, em maio de 2018) e prisional, que explicita um dos traços mais perversos da sociedade brasileira, o racismo.

A realidade da população usuária do trabalho das/os assistentes sociais, composta na sua maioria por aqueles/as que “são alvo de discriminação, opressão, exploração e criminalização, homens e mulheres negros e negras, que estão na base de nossa pirâmide social, com precário ou nenhum acesso às políticas sociais” (Carta de Porto Alegre, 2018), impõe à categoria ainda mais engajamento, luta e resistência coletiva e organizada.

Universidade de Brasília (UnB). O evento foi coordenado pelo prof. Leonardo Ortegá, do Grupo de Estudo e Pesquisa em Segurança Social e Trabalho (GESST/UnB), e contou com a participação da prof^a. Magali da Silva Almeida, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A atividade integra a campanha de gestão do Conjunto CFESS-CRESS 2017-2020: Assistentes sociais no combate ao racismo.

Já em 2019, será realizado o seminário regional sobre o trabalho do/a assistente social no sociojurídico, o qual terá como intuito reproduzir os debates e socializar as discussões abordadas no seminário nacional, realizado em abril no Rio de Janeiro (RJ). Além disso, os esforços do CRESS-DF estarão voltados à organização, juntamente com o CFESS, Abepss e Enesso, do 16º Congresso Bra-

sileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que acontecerá de 13 a 17 de novembro em Brasília (DF). “Convidamos todos/as os/as assistentes sociais do DF a se juntarem a nós, para a construção de tais atividades, bem como pelo conjunto CFESS-CRESS. Seguimos na luta em defesa de nosso projeto profissional!”, conclama a presidente do Regional, Raíssa Câmara.

Fotos: acervo CRESS-GO



Fiscalização e interiorização das ações: pautas primordiais para o CRESS

Meio ambiente é assunto para assistente social!

CRESS-MS traz à tona questões como o uso de agrotóxicos e o iminente risco à vida e ao meio ambiente no atual sistema capitalista

O Art. 225 da Constituição Federal de 1988 preceitua: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Pois bem, diferentemente do que a Constituição prevê, no atual sistema neoliberal vivenciado no Brasil, a ambição desmedida, as leis brandas e a omissão do Estado geram danos, por vezes irreversíveis, na saúde e na vida da população.

No ano passado, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 6.299/2002, conhecido como “PL do Veneno”. A proposta, que flexibiliza perigosamente o uso de agrotóxicos no país, regulamentado pela Lei nº 7.802/1989, segue para votação do Plenário.

O Ministério da Saúde, por meio do Instituto Nacional de Câncer (INCA), divulgou, em maio do ano passado, uma nota pública a respeito do assunto e ressaltou que o Brasil, diante do cenário mundial, é o maior consumidor de agrotóxicos e, nos últimos dez anos, este tipo de mercado cresceu 190% no país. O documento evidencia ainda os diversos danos à saúde da população que consome esses produtos, como: infertilidade, neurotoxicidade, incidência de câncer, irregularidade no crescimento e desenvolvimento de adolescentes, entre tantos outros.

Em Mato Grosso do Sul, estado no qual o agronegócio responde por 30% do Produto Interno Bruto (PIB) e que possui extensas áreas agrocoltiváveis, o uso de agrotóxicos cresceu 36% nos últimos 11 anos, segundo o Censo Agropecuario do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outro assunto recente que se encaixa no contexto capitalista da exploração e aniquilação do meio ambiente é o caso da barragem “Brumadinho 1” em Minas Gerais, na região do Córrego do Feijão, da empresa bilionária Vale/SA. A estrutura, com rejeitos de minério de ferro, rompeu-se, causando destruição na região e matando centenas de pessoas. Da mesma forma como ocorreu em Mariana (MG) em

2015, após rompimento da barragem de “Fundão”, que resultou em um dano socioambiental imensurável. Após três anos deste fato, as famílias ainda não tiveram suas casas reconstruídas e o processo segue a passos lentos.

Em Mato Grosso do Sul, a Vale/SA possui 14 barragens de rejeitos no Morro do Urucum e uma no Morro de Santa Cruz, denominada barragem do “Gregório”, ambas no município de Corumbá, na região do Pantanal Sul-Mato-Grossense. Esta última considerada de “dano potencial alto”, de acordo com parecer técnico de 2015 do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul).

Conforme o relatório da Agência Nacional de Águas (ANA) de 2017, existem 24 mil barragens no Brasil, sendo que apenas 3% delas são fiscalizadas. Um clássico exemplo de um Estado negligente, que “permite” que essas empresas continuem a lucrar em um processo capitalista voraz.

E o Serviço Social com isso? | Está no documento Bandeiras de Luta do/a Assistente Social: “Posicionamento contrário às legislações que permitem a degradação ambiental e que afetam diretamente as condições de vida nos diferentes territórios”. Assim, o/a profissional de Serviço Social é protagonista na luta pela realização das necessidades humanas, na defesa do meio ambiente, do trabalho e da seguridade social pública.

É preciso debater em diversos meios as questões socioambientais e se unir aos

movimentos sociais envolvidos na temática. É também papel de assistentes sociais o combate a degradação ambiental provocada pela ganância das empresas na busca pelo lucro sobreposto à vida humana. O Código de Ética da profissão evidencia: “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”.

É nessa direção que atua o profissional de Serviço Social em defesa dos direitos humanos, o que, na fala de uma das vítimas entrevistada pela BBC News Brasil, não é preocupação de grandes capitalistas como a Vale/SA, pois segundo ela: “Eu acho que a Vale não estava preocupada com as pessoas. Acho que estava preocupada em atender à legislação. Tem que por sirene? Então colocaram a sirene. Se houvesse realmente uma preocupação com as pessoas, teriam dado sequência ao trabalho (de preparação para uma evacuação). E avisado as pessoas a tempo delas fugirem”, diz Geraldo do Carmo Vilaça.

Sua fala revela somente uma parte do descaso com o ser humano, visto que o adequado seria não existir possibilidades de risco para as pessoas; no entanto, isso não é considerado quando se trata do acúmulo de capital. Nem mesmo o mínimo foi realizado em relação à segurança dos/as moradores/as e trabalhadores/as da mineradora. Por isso, o Serviço Social “tem tudo a ver com isso” e, por meio do projeto ético-político profissional, continua na luta e na resistência no enfrentamento às desigualdades sociais, inerentes à ordem do capital.



Arte: acervo CRESS-MS

Inspeção em comunidade terapêutica encontra 72 pessoas em cárcere privado

CRESS-MG participa de ação que averiguou instituição e reforça: “manicômios nunca mais”!

A construção em forma de anel, modelo conhecido como panóptico, afastada da cidade, e os arames ao redor delatavam que aquele era um local de vigilância e isolamento. Ao adentrar o espaço, a equipe da inspeção, que incluía assistentes sociais, psicólogos/os e procuradores/as de justiça, se deparou com dezenas de internos/as que ansiavam, unanimemente, sair já dali.

A cena, que parece datar de um século atrás, ocorreu em outubro passado, durante uma visita de averiguação na comunidade terapêutica intitulada de Centro de Tratamento e Dependência Química (Centradeq), em Lagoa Santa (MG). A ação teve a presença do CRESS-MG e foi realizada em conjunto com entidades como a Secretária Municipal de Saúde, a Vigilância Sanitária, o Conselho Tutelar e o Ministério Público Federal.

No local, foram encontradas graves irregularidades como a presença de adolescentes menores de 18 anos junto a adultos/as, além de violações de direitos humanos, como indícios de tortura física e psicológica e abrigamento involuntário, contrariando a Lei Estadual 22.460/2016, que especifica que comunidades terapêuticas são equipamentos de caráter residencial transitório e destinados a receber pessoas adultas.

A participação do CRESS-MG, segundo a assistente social e agente fiscal Amélia Andrade, se deu no sentido de averiguar as condições éticas e técnicas do trabalho profissional do/a assistente social e responsável técnico/a da instituição, na perspectiva da defesa do exercício profissional comprometido com os princípios éticos da profissão. Além disso, a presença do Conselho nessa ação reforçou o compromisso ético que o Serviço Social tem com a Luta Antimanicomial e com a defesa da Reforma Psiquiátrica.

“Não presenciávamos nenhuma situação como pessoas machucadas ou trancadas, mas era nítida a marca da violência psicológica que eles sofreram. No decorrer da visita, os/as internos/as tiraram o uniforme, colocaram suas próprias roupas e, em dado momento, começaram a entoar a canção ‘Vamos fugir’, da banda Skank, transmitindo, com isso, uma mensagem clara”, relata.

O Conjunto CFESS-CRESS defende, historicamente, uma proposta de tratamento a usuáries e usuáries de álcool e outras drogas



Mobilização em BH pelo Dia Nacional da Luta Antimanicomial

que se dê em meio aberto, promovendo a convivência familiar e comunitária e na qual sejam respeitadas as escolhas desses indivíduos. Portanto, participar da inspeção vem no sentido de reafirmar a discordância e o combate a esse modelo: “Manicômios nunca mais!”, reforça Amélia.

Como resultado imediato da inspeção, adolescentes foram retirados do local, por se tratar de uma prática ilegal e, dos/as 72 internos/as, 70 foram encaminhados/as de livre e espontânea vontade e com a devida proteção e garantia de seus direitos para os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) de seus respectivos municípios. Em conversa com o CRESS-MG, o procurador da República em Minas Gerais, Hélder Magno, indicou que o inquérito civil sobre o caso está em apuração para verificar a necessidade de fechamento definitivo da instituição.

Para ele, o uso de recurso público para a manutenção do espaço é uma das principais irregularidades encontradas na Centradeq. Na documentação, foi identificado que funciona no mesmo local uma clínica de tratamento, cuja natureza se difere do modelo de comunidade terapêutica.

“O Conselho Federal de Medicina dis-

ciplina a clínica, sendo esta um equipamento de saúde pública. Já a comunidade terapêutica trabalha com o voluntariado. Há uma disputa sobre essa matéria, pois há muitas entidades interessadas em receber recursos públicos, o que leva essas instituições a quererem ser reconhecidas como equipamentos de saúde”, afirma.

Mas o fato é que, em ambos os casos, é comum o uso da lógica manicomial, moralista, que não respeita a individualidade dos sujeitos e, portanto, contrária ao tratamento humanizado praticado pela rede pública de Saúde Mental, por meio do Caps e do Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Outras Drogas (Caps-AD).

Ética na atuação | Outra questão que a agente fiscal do CRESS-MG, Amélia Andrade, apontou como preocupante foi o fato de o responsável técnico da comunidade terapêutica Centradeq, onde funcionava simultaneamente o Centro de Recuperação de Dependentes Químicos (Credeq), ser um assistente social (sua identidade será mantida em sigilo).

“De acordo com o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, a liberdade é o princípio que norteia toda a prática profissional, sendo, então, incoerente que um/a assistente social mantenha pessoas em privação de liberdade ou mesmo censure o conteúdo de suas falas e conversas com seus familiares, como vinha acontecendo no local inspecionado”, considera.

Além disso, nas oitavas, os/as internos/as relataram haver, no espaço, o “quarto do pânico”, onde eles/as ficavam nus/nuas, isolados/as, trancados/as e com pouca comida, postura totalmente adversa às defesas do Serviço Social brasileiro. A agente fiscal observa que ninguém é obrigada/o a ser militante da Luta Antimanicomial ou adepta/o da Reforma Psiquiátrica, mas, como assistente social, há um projeto societário e princípios éticos a serem seguidos.

“Nesse sentido, ser proprietário/a ou trabalhar em comunidade terapêutica não infringe de todo nosso Código de Ética, entretanto, deve ser entendido como grave a convivência com práticas criminosas e com violações de direitos humanos, seja como assistente social ou mesmo como profissional da saúde”, avalia Amélia.

Alteração do ECA acelera destituição do poder familiar

GRESS traz debate sobre a adoção e alerta para a forma como o racismo se expressa na questão

De acordo com relatórios estatísticos do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), o Brasil possui hoje aproximadamente 9,5 mil crianças e adolescentes aguardando uma família. Desse total, 32% das crianças cadastradas são declaradas brancas. As negras e pardas representam 66,6% da fila. Na contrabalança, o documento informa que os/as pretendentes somam 45.472 pessoas e/ou arranjos familiares. No entanto, quando o quesito raça/cor é levado em conta para quem busca a adoção como caminho, o perfil mais procurado é de crianças brancas, 92%.

Para que estas realidades se encontrem, existem etapas a serem cumpridas. Por parte das pessoas que buscam a adoção, o primeiro passo é procurar uma Vara de Infância e Juventude e fazer uma petição para se habilitar à adoção. Depois, existe a etapa de entrevistas, cursos, visitas domiciliares com as equipes de Serviço Social e Psicologia, até a pessoa requerente se tornar apta a entrar no CNA. Por parte das crianças, elas só podem entrar no cadastro após a conclusão do processo de destituição familiar.

E é nesse ponto que Grupos de Apoio à Adoção buscaram intervir para alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Um levantamento realizado pela Associação Brasileira de Jurimetria identificou que o tempo médio de destituição no Brasil é de até 7 anos e meio. Agora, pelas novas regras, esse tempo passou a ser de até 120 dias.

“Esse ponto merece atenção, pois a maior procura por quem quer adotar compreende meninas brancas de 0 a 1 ano de idade. A questão aqui é quem é que perde

filho/a para adoção? Em sua maioria famílias negras e periféricas. O racismo vai se expressar nesses detalhes, principalmente para as mulheres negras, que, ao longo de sua vida, já sofrem com diversas faltas de direitos. Não acessam educação, saúde pública, transporte, dentre outros. E como existe um olhar socialmente construído para essa parcela da população, quando se chega ao ponto de passar pelo processo de destituição de poder familiar, a causa já está perdida previamente. Agora, porém com muita velocidade”, afirma a assistente social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Mirian Souza.

Ainda de acordo com Mirian, já por parte de requerentes, o racismo aparece quando a equipe aborda o perfil da criança a ser adotada.

“No nosso formulário, aparecem as seguintes classificações: branca, parda, negra, indígena e amarela. Às vezes perguntamos sobre o porquê não poder ser uma criança negra. As respostas são as mais vagas possíveis.”

Outra recente mudança que merece destaque é a implementação do estatuto da adoção espontânea. Essa modalidade consiste na manifestação da mãe ou gestante em entregar a filha ou filho para adoção, antes ou após o nascimento, por intermédio da Justiça da Infância e da Juventude. A busca pela família extensa nessas situações ocorre no prazo máximo de 90 dias, podendo ser prorrogável por igual período, por decisão do/da juiz/a. Foi institucionalizada também a adoção intuitu personae. Esta ocorre quando a ação é consensual e a mãe ou os pais manifestam interesse em entregar a criança a uma pessoa conhecida.

Foto: Rafael Lopes/GRESS-RJ

“A primeira modalidade visa a proteger, dar respaldo à mulher, sem que isso acarrete em sanções legais. O último mecanismo já existia, porém essa prática contraria as normas do CNA. O questionamento que fazemos é sobre a livre abertura da busca ativa e o ‘mercado’ que isso pode gerar, na base da troca de favores. O proble-

ma é que a adoção é um universo. Ainda não dá para indicar o que essas modificações vão representar exatamente na prática por conta das recentes modificações no ECA. Até porque elas fazem parte de um conjunto mais geral do desmonte das políticas públicas. O fato é que precisamos acompanhar de perto.”

A assistente social, que atua há quase 20 anos na área da infância, afirma que um dos grandes nós dessa questão é a falta de uma organização das famílias que sofrem com ações de destituição de poder familiar, uma contraposição ao que está posto. Diversas entidades ligadas às famílias requerentes foram formadas ao longo dos anos, principalmente a partir da década de 1990. E este ponto reflete o recorte de classe e raça da sociedade brasileira, que coloca, de um lado, famílias da classe média e, de outro, as que sofrem com as mazelas da questão social. “É uma luta desigual e que deixa evidente o racismo estrutural que atravessa todas as esferas de produção da existência do país.”

O ECA não prevê requisitos para quem pretende se habilitar, como faixa salarial ou arranjo familiar, ou seja, pode ser um homem ou uma mulher solteiros e casais homoafetivos. Contudo, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o perfil socioeconômico demonstra que oito em cada dez requerentes moram nas regiões sudeste ou sul e declararam possuir renda familiar entre dois e dez salários mínimos.

“Qualquer pessoa, a priori, pode adotar. Não precisa ter casa própria. Apesar disso, é importante se observar se a família terá condições mínimas para manter uma criança, porque está previsto o dever de moradia, educação, sustento, dentre outros. O não cumprimento dessas medidas é motivo pelo qual se baseia uma destituição do poder familiar. Se uma família biológica pode ficar sujeita a passar por uma avaliação, uma família adotiva também é avaliada dentro desses mesmos patamares.”

De maneira geral, o tema da adoção não aparece como bandeira de luta de movimentos e entidades da sociedade civil organizada. Porém numa sociedade de estrutura classista e racista deixar que esses conteúdos fiquem de fora desta análise, é perder a perspectiva da totalidade. Acompanhar os desdobramentos dessas mudanças e os possíveis rebatimentos para o Serviço Social faz parte do processo de disputa por um projeto societário sem discriminações e opressões.



A assistente social do TJRJ Mirian Souza aponta expressões de racismo na adoção

Assistentes sociais capixabas unidas/os no combate ao racismo

Regional traça estratégias para levar debate para o cotidiano da categoria no estado

Para o Movimento Negro, existir e resistir são sinônimos. Em 2018, ano em que se viu o panorama brasileiro mudar drasticamente, no que diz respeito a minorias, resistir se tornou atividade diária e fundamental para o povo negro do país. Estar unidos/as e ativos/as dentro dos movimentos sociais se mostrou cada vez mais necessário. Nesse sentido, o Conjunto CFESS-CRESS (2017- 2020) lançou a campanha Assistentes Sociais no combate ao Racismo.

No Dia da Consciência Negra (20 de novembro), os/as assistentes sociais capixabas foram às ruas, buscando soluções e reivindicando direitos e pautas há muito tomadas do povo negro. Deixaram nítido que a luta do Serviço Social não se dá apenas em datas simbólicas, mas diariamente, trazendo as pautas do movimento negro para o centro dos debates da categoria.

O CRESS-ES esteve ao lado de corajosas/os jovens, que ocuparam as ruas de Vitória na 11ª Marcha Estadual contra o Extermínio da Juventude Negra, no dia 20 de novembro. O trajeto começou no centro de Vitória, terminando no Museu Capixaba do Negro, onde foram realizadas atividades culturais. Estar presente nesta marcha significou reafirmar o compromisso sociopolítico do Serviço Social com os movimentos sociais, como explicou a presidente do CRESS-ES, Pollyana Pazolini.

O CRESS-ES também pautou o Jornal A

Gazeta com o artigo da conselheira Sabrina Moraes, que discutiu sobre os efeitos do racismo nas instituições e seus impactos de acordo com região, gênero, idade e condição material.

Mais diálogo para fortalecer a luta | Em 2018, O CRESS-ES iniciou projeto Trilhar Caminhos de Resistência, com cunho orientador e preventivo. A ação tem como base o Código de Ética Profissional e as normatizações do Conjunto CFESS-CRESS. Em todos os encontros, é apresentado o tema da atual campanha, distribuído material, debatida a necessidade de falar sobre o racismo, inclusive com os/as usuários/as dos espaços de trabalho.

O objetivo do projeto é promover uma maior aproximação com a categoria ao longo do território estadual. Em dezembro do ano passado, o Regional esteve em Pinheiros e já passou por Santa Tereza e Cariacica. Em 2019, haverá ao menos mais oito encontros.

“Levamos também nossas pautas ao auditório do Hospital Dório Silva para uma roda de conversa, onde abordamos, junto aos/as assistentes sociais, o Estatuto da Igualdade Racial e o exercício profissional em Serviço Social. O encontro discutiu os desafios da profissão diante das questões étnico-raciais que perpassam a vida das pessoas atendidas pela categoria”, ressaltou a presidente do CRESS.

Essas atividades são importantes, pois trabalham adoção de medidas no combate ao racismo institucional nos diferentes espaços de trabalho da categoria. A ideia é conscientizar cada vez mais os/as profissionais, procurando dar visibilidade às demandas e necessidades da população negra.

Minha fé não é motivo para sua violência

“Seria impossível, no entanto, nos posicionarmos contra o racismo sem debater a marginalização e a discriminação das religiões de matriz africana”, completa Pazolini.

Seguindo um dos motes da campanha Assistentes Sociais no combate ao Racismo, que diz respeito ao preconceito religioso, o CRESS-ES fez uma matéria especial para o site no dia 7 de Janeiro, quando se comemora o Dia da Liberdade de Cultos.

É importante lembrar que, no Brasil, um crime de intolerância religiosa acontece a cada 15 horas; no Espírito Santo o panorama não é diferente. Os municípios mais atingidos pelo preconceito foram Serra e Barra de São Francisco. Na grande maioria dos casos, em quase 40%, os/as mais afetados/as são aqueles/as que professam fé em religiões de origem africana.

O CRESS-ES se posiciona fortemente contra qualquer tipo de ódio e de preconceito e afirma que este tipo de pensamento não deve ter lugar em uma sociedade e, principalmente, em um Estado que se proclama laico.

Foto: Acervo/CRESS-ES



Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo ganhou as ruas de Vitória, Espírito Santo. Desafio agora é fazer com que ação se espalhe por todo o estado

Comitê reverbera campanha de combate ao racismo em São Paulo

Grupo discute como a temática se apresenta no cotidiano de assistentes sociais

O CRESS-SP, em cumprimento à agenda da Campanha de Gestão do Conjunto CFESS-CRESS "Assistentes Sociais no Combate ao Racismo", criou um comitê ampliado com o objetivo de pensar medidas de incentivo à promoção de ações de combate ao racismo no cotidiano profissional, como estratégia para ampliar a percepção das diversas manifestações do racismo. A iniciativa busca combater o racismo institucional nos espaços de trabalho de assistentes sociais, além de visibilizar a dimensão racial das demandas por direitos sociais e denunciar o racismo no Brasil em suas variadas expressões.

Os encontros mensais abertos à categoria procuram criar condições para que as/os integrantes possam se articular com diversos espaços e coletivos para a promoção e divulgação das ações da campanha de gestão.

Alinhada às ações do Conjunto CFESS-CRESS, o CRESS-SP realizou, a partir do mês de setembro, uma série de atividades sobre a temática étnico-racial. A Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi), em articulação com a Seccional São José do Rio Preto do CRESS-SP, organizou o Seminário Estadual com o tema Vida de trabalhador/a: Racismo e adoecimento mental do/a Assistente Social, reunindo 150 profissionais e estudantes de Serviço Social. O evento abordou os temas: adoecimento mental da/o assistente social frente à exploração de sua força de trabalho, racismo e retirada de direitos e a precarização das relações e condições de trabalho.

Em novembro de 2018, o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) marcou a primeira ação organizada pelo comitê durante a 15ª Marcha da Consciência Negra, realizada em São Paulo (SP). Com a adesão de diversos movimentos sociais, as/os assistentes sociais aproveitaram o espaço do ato para divulgar algumas peças da campanha e panfletar exemplares da Carta de Porto Alegre, documento norteador aprovado no 47º Encontro Nacional, em setembro de 2018.



Integrantes do comitê preparam material para mobilizações do 20 de novembro

Para o conselheiro Julio Cezar de Andrade, o chamamento da categoria para se aproximar das pautas do movimento negro numa conjuntura neoconservadora é fundamental para o exercício profissional das/os assistentes sociais. "A violação dos direitos humanos acontece majoritariamente com as mulheres negras, nas periferias. E isso é expressão de uma realidade que é racista e que oprime a população. Diante dessa conjuntura adversa, iremos nos posicionar com a classe trabalhadora, em defesa dos pretos e das pretas", afirma.

Ainda em novembro, foi realizado o Cine CRESS, com a exibição do filme Autos de Resistência, que contou com a presença da cineasta Natasha Neri e de Débora Maria da Silva, fundadora do Movimento Mães de Maio. Esse momento de reflexão foi importantíssimo para denúncia da violência do Estado, que se expressa no genocídio da juventude negra.

Na ocasião, foi apresentada a pesquisa que será divulgada sobre as ações de combate e enfrentamento ao racismo nos espaços sócio-ocupacionais da categoria. Importante destacar que a formulação da pesquisa foi proposta pelo comitê e parte das experiências das/os assistentes sociais, trabalhadoras/es das políticas de saúde, assistência social, sociojurídico, habitação, educação, dentre outras, que identificaram a necessidade do levantamento destas informações para futuras contribuições no campo profissional e em estudos relativos à temática étnico-racial.

A proposta é que a sistematização das contribuições seja apresentada à categoria durante o seminário em comemoração ao Dia do/a Assistente Social, previsto para 18 de maio.

Outras ações estão em planejamento para o primeiro semestre de 2019, organizadas com o intuito de ampliar o alcance da Campanha junto à categoria profissional e sociedade em geral. Dentre elas, destacamos o Cine CRESS, com a proposta de sessões temáticas, sendo em março a sessão Mulheres Negras e Feminismo, e junho – na ocasião da Marcha do Orgulho LGBT em São Paulo – Diversidade Sexual e o Movimento Negro.

Lançar a estratégia do Comitê foi uma aposta política de envolver a categoria profissional cada vez mais na luta antirracista. A campanha do Conjunto CFESS-CRESS amplia seu alcance quando é pensada por vários sujeitos políticos e é isso que as ações do Comitê estão demonstrando! Combater o racismo é tarefa política e dever de todos/as então, que essa Trilha de Luta seja cada vez mais corajosa e coletiva!



Fique por dentro da agenda de encontros do Comitê no site do CRESS-SP e participe dos encontros! É fundamental que a categoria esteja engajada

Seccional Cascavel atenderá a demanda histórica da categoria

Processo de implantação ainda está em andamento e conclusão deve ocorrer em breve. Cidade conta hoje com mais de 1.600 profissionais com inscrição ativa no CRESS-PR

O Conselho Regional de Serviço Social do Paraná (CRESS-PR) está próximo de atender a uma demanda histórica da categoria, ao inaugurar a Seccional de Cascavel, no oeste do estado. A sede está em processo de implantação e terá uma ampla área de abrangência, cobrindo, além de Cascavel, outros seis municípios da região: Pato Branco, Foz do Iguaçu, Campo Mourão, Umuarama, Francisco Beltrão e Toledo. O imóvel que vai abrigar a Seccional já foi locado e está sendo mobiliado. Também já foi realizado o concurso público e nomeados/as os/as profissionais que irão atuar na Seccional, os/as quais estão passando por um processo de capacitação. Uma reunião do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) deverá ocorrer em breve para homologar o funcionamento da Seccional. Depois disso, será marcada a inauguração.

Cascavel conta hoje com um total de 1.683 profissionais ativos, segundo dados de fevereiro de 2019. O número justifica a abertura da Seccional na cidade, de acordo com a Coordenadora Técnica do CRESS-PR, Elda Corrêa. “Um dos critérios para a abertura de uma Seccional é justamente esse, o número de profissionais existentes na região. Em Cascavel isso já é necessário. A demanda por uma área de apoio administrativo, e não somente político, se fazia necessária na cidade há algum tempo. Temos verificado um crescimento muito grande de assistentes sociais na região. A abertura dessa sede vai servir para aproximar ainda mais o Conselho dos/as profissionais da área”, afirma Elda.

A abertura da Seccional Cascavel vem reforçar o forte trabalho desenvolvido pelo Conselho no interior do estado, que tem hoje 5.388 registradas/os ativas/os. O número representa 68% do total de assistentes sociais do Paraná, que é de 7.891 profissionais. Além da Seccional de Londrina, a entidade conta também com assistentes sociais ligadas/os ao CRESS espalhadas/os de norte a sul, que atuam no encaminhamento político-administrativo das atividades do Conselho, os chamados Nucess. As/Os coordenadoras/es regionais estão presentes nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Cianorte, Cornélio Procópio, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Maringá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Telêmaco Borba,

Toledo, Umuarama, União da Vitória e também no litoral paranaense.

No final de cada ano, as/os coordenadoras/es fazem uma previsão dos eventos e atividades a serem realizadas em suas regiões no ano subsequente. Esse planejamento é submetido à aprovação da diretoria do CRESS-PR, para depois ser implantado.

Seccional representa momento histórico |

O anúncio da instalação da Seccional Cascavel do CRESS-PR foi realizado em um momento histórico, durante a primeira assembleia descentralizada da entidade, em 27 de abril de 2018. Cerca de 500 profissionais e estudantes de Serviço Social estiveram presentes ao auditório da Unioeste. Na ocasião, a conselheira Jucimeri Silveira afirmou que a aprovação da Seccional “responde a uma reivindicação histórica da categoria e concretiza um dos principais compromissos da gestão Tempo de Resistir, nenhum direito a menos”.

Naquela oportunidade, o conselheiro Elias de Sousa falou da emoção de participar desta conquista: “Na época da graduação já falávamos da importância de uma Seccional em Cascavel. Hoje, em tempos de retrocesso e de ameaças aos movimentos sociais e democráticos, estamos descentralizando política e administrativamente o Conselho. Isso nos fortalece e possibilita que nossas ações sejam mais articuladas. As pessoas que estão aqui para organizar esta luta sabem o tamanho do desafio que estamos enfrentando. Então essa novidade é um símbolo da resistência”, disse.

Com a abertura da seccional em Cascavel, todas/os as/os assistentes sociais do oeste do Paraná terão mais representação e participação, podendo engajar-se nas lutas contra a retirada de direitos. Como afirmou pela professora Yolanda Guerra, na assembleia realizada pelo CRESS em Cascavel, “vivemos a lógica do

desemprego, da má-formação e da precarização, em que cada vez mais perdemos espaço de trabalho e não vemos perspectiva do financiamento das políticas públicas para os próximos anos”. Para ela, frente a esta conjuntura, é fundamental a reunião da categoria em eventos conjuntos para unir as entidades de defesa da categoria: “Temos que consolidar nossa luta junto com outras categorias, lutar pelo fortalecimento da classe trabalhadora”.

A agente fiscal do CRESS-PR Roberta Mischiatti destacou, na ocasião, as ações que vêm sendo feitas no serviço de orientação e fiscalização, a partir das novas diretrizes de gestão. “Estamos nos organizando por área de atuação, como assistência social e saúde mental, e participando de espaços de capacitação para qualificar cada vez mais a orientação à categoria. Dentre as novas estratégias, destaca-se a produção de orientações éticas e técnicas e os trabalhos de aprofundamento de estudos e produção de orientações. Fazemos parte do grupo de trabalho sobre demandas indevidas do sistema de justiça e órgãos de defesa de direitos”.



Acompanhe pelo site do CRESS (www.cresspr.org.br) as novidades sobre a implantação da Seccional Cascavel e os eventos de 2019!

Foto:Acervo CRESS-PR



Assembleia realizada em outubro de 2018 debateu a criação da Seccional Cascavel

CRESS elege pautas centrais nas ações de interiorização

Dentre os assuntos, Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS, Princípios do Código de Ética do/a Assistente Social e a Relação Teoria e Prática no Exercício Profissional

A gestão do CRESS-SC, Em Tempo de Luta, Defendendo Direito (2017/2020), priorizou, para este ano, ações de interiorização das pautas políticas em todas as regiões do estado. Essas ações estão sendo articuladas com os 13 Nucess que hoje constituem os Núcleos de Base do CRESS em Santa Catarina.

Os Núcleos possuem natureza de interiorização das ações do CRESS e correspondem a uma estratégia do Conselho de se aproximar do cotidiano dos/as assistentes sociais, mediante ações político-pedagógicas que visam a fortalecer a mobilização destes/as profissionais, para a defesa da profissão e da qualidade dos serviços prestados aos usuários/as, visando ao fortalecimento da profissão. Os Núcleos expressam o compromisso da direção do CRESS em assegurar uma gestão democrática com a participação da base.

No primeiro semestre, os debates realizados em todas as regiões do estado, organizados em parceria com os Nucess, tiveram como tema o mote da campanha do Dia do/a Assistente Social 2019, Regressão de Direitos tem Classe e Cor: Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Nestes debates, contou-se com grande número de participantes em todos os eventos e com parcerias importantes de profissionais assistentes sociais de base e pesquisadores e unidades de formação acadêmica, que muito contribuíram nas reflexões e debates.

Para o segundo semestre, a partir do planejamento organizado conjuntamente entre os Nucess e o CRESS-SC, serão priorizadas ações de caráter político-pedagógico e de educação permanente, visando a fortalecer a mobilização e a aproximação da categoria com o debate e reflexão a partir das Bandeiras de Luta da profissão. Importante registrar que a construção histórica das Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS consolida um mecanismo de diálogo com a categoria e com a sociedade, expressando tanto o acúmulo histórico de lutas e ações, quanto os princípios éticos e políticos do Conjunto CFESS-CRESS. Ainda, refletem o compromisso político com a defesa intransigente e necessária das políticas sociais públicas e da liberdade como valor ético central. Essas defesas são fundamentais num período histórico em que as conquistas da sociedade brasileira estão sendo desmontadas.

Nesse sentido, a partir das Bandeiras de Luta, foram destacados dois grandes campos para estudos e debates junto aos/as profissionais, contando com a organização dos Núcleos. No segundo semestre, a reflexão ocorrerá em torno do trabalho cotidiano profissional com ênfase nos princípios do Código de Ética do/a Assistente Social e a Relação Teoria e Prática no Exercício Profissional.

O CRESS planeja, com os 13 Núcleos do estado, o desenvolvimento articuladode

oficinas e rodas de conversa em todas as regiões, com objetivo de debater o exercício profissional do/a assistente social, pautando o cotidiano profissional como elemento que propicia o desenvolvimento de certas capacidades que instituem um novo ser social capaz de agir conscientemente, de forma livre e universal. Esse ser é resultado da práxis, considerando que por meio do trabalho transforma conscientemente a si mesmo, responde as necessidades, cria alternativas, institui possibilidades de escolher e produzir socialmente resultados objetivos que amplia suas capacidades, criando novas alternativas, gestando condições objetivas para o exercício profissional de forma livre.

Dando materialidade para estes debates, o Conselho lançou, ainda no primeiro semestre, materiais visuais, como cartazes e folder, evidenciando os valores que se consolidaram nos princípios do Código de Ética do/a Assistente Social. Estes materiais de cunho pedagógico foram e estão sendo colocados à disposição da categoria profissional.

Póximas ações | No segundo semestre, serão realizadas oficinas em diversas regiões do estado pela Comissão de Orientação e Fiscalização, articuladas aos Núcleos, tendo por objetivo refletir sobre as Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS, bem como a multiplicação de três cursos Ética em Movimento, previamente organizados com os Nucess do Extremo Oeste, Meio Oeste e Nucess Brusque.

A gestão do CRESS-SC acredita que as ações de interiorização serão potencialmente, um importante instrumento de luta política da categoria contra a precarização das condições de trabalho, fortalecendo o exercício profissional.



Foto: Cassiano Ferraz/CRESS-SC

A gestão do CRESS priorizou ações de interiorização das pautas políticas em todas as regiões do estado



Accesse o site do CRESS (www.cress-sc.org.br) para consultar as programações das oficinas e rodas de conversa, que serão realizadas no segundo semestre em todos os Nucess. Estão disponíveis também os materiais gráficos produzidos ao longo do ano

Fortalecer trabalho de base no território gaúcho é ação prioritária

Plano de Ações do CRESS com seus Núcleos de Base envolveu mais de 700 assistentes sociais em atividades de educação permanente

Mais de setecentos assistentes sociais de diferentes regiões do estado participaram das ações de educação permanente promovidas pelo CRESS-RS em parceria com seus Núcleos de Base (Nucess), no último ano. O envolvimento da categoria é um importante resultado da implementação do Plano de Ações 2018, criado pelo Regional para estabelecer uma série de atividades junto aos Núcleos (conforme Resolução nº 8/2018 do CRESS-RS). O documento prevê a realização de cursos e minicursos presenciais, ações conjuntas da Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) com a Comissão de Formação e Trabalho Profissional, edições do Curso Ética em Movimento e reuniões descentralizadas das Comissões e Grupos de Trabalho Temáticos.

De acordo com o conselheiro presidente do CRESS-RS, Agnaldo Engel Knevit, “estabelecer um Plano de Ações com o NUCESS está em consonância com a função precípua do Conselho, pois viabiliza o investimento na dimensão pedagógica da Política Nacional de Fiscalização. E também contribui para a articulação de ações coletivas de incidência política regionalizada junto aos espaços de controle social e de defesa de direitos da classe trabalhadora – da qual a categoria faz parte”.

O compromisso com a descentralização e a educação permanente foi assumido pela gestão Classe Trabalhadora em Luta: Unidade e resistência!, destacando-se no Planejamento Estratégico 2017-2020 e nos Planos de Metas de 2018 e 2019 do CRESS-RS. “Apostamos no constante aprimoramento intelectual para o fortalecimento de uma identidade profissional alicerçada nos princípios da justiça, liberdade, democracia e transformação social”, justifica Knevit.

Cursos presenciais | Três modalidades de cursos foram aplicadas. Além do Curso Ética em Movimento, realizado em âmbito nacional, com carga horária de 32 horas, foram criados o Curso de Capacitação: Assistente Social em defesa do trabalho profissional com qualidade e dos direitos da população, com 20 horas, e o Minicurso sobre Fundamentos do Serviço Social, com 8 horas. Dos



Identidades visuais foram desenvolvidas para cada curso presencial

32 Nucess ativos atualmente no Rio Grande do Sul, 25 realizaram uma ou mais atividades em 2018, com participação mínima de 20 assistentes sociais por edição.

Repercussão junto à categoria | A vice-coordenadora do Nucess Canoas – que agrega os municípios de Canoas, Esteio e Nova Santa Rita, na Região Metropolitana de Porto Alegre –, Flávia da Silva Mariani, relata que o Núcleo foi contemplado com o Curso Ética em Movimento, em outubro de 2018, tendo avaliação positiva da categoria. “A realização do curso criou a oportunidade de encontro, integração e articulação entre os/as profissionais dos municípios de abrangência do Nucess. E, sobretudo, possibilitou a identificação da materialidade do projeto ético-político no cotidiano profissional”, assinala Mariani.

A definição de qual atividade de educação permanente cada região receberia baseou-se nos Planos de Ações elaborados pelos Nucess ainda em 2017, com a indicação de suas prioridades. O material foi sistematizado pela Comissão de Nucleação e Interiorização do CRESS-RS, que também foi responsável pelo convite aos/as facilitadores/as e multiplicadores/as das atividades – todos/as assistentes sociais locais.

Uma das facilitadoras foi Vanessa Azevedo, mestre em Serviço Social e trabalhadora da política de assistência social, que ministrou o curso de capacitação na cidade de São Gabriel, na região da Campanha. Vanessa analisa: “Não foi apenas um processo formativo, foi um momento de resistência, reafirmação das bandeiras de luta e fortale-

cimento dos/as assistentes sociais frente ao cenário de retrocessos nas políticas sociais. Especialmente para os/as profissionais do interior do estado que, devido à distância, têm dificuldade para participar dos debates e eventos da categoria na capital”.

Ampla divulgação | Estratégias de comunicação foram utilizadas na mobilização da categoria para a participação nas atividades nos territórios dos Nucess. Os dois novos cursos contaram com o desenvolvimento de identidade visual própria, utilizada na criação de postagens no site e redes sociais do Regional e na confecção de banners e certificados. Para dar visibilidade às ações, as coordenações dos Núcleos têm colaborado, após a realização de cada atividade, com o envio de fotos e relatos para publicação pela assessoria de comunicação do CRESS-RS. Assim, de forma interativa e participativa, a categoria está sendo informada sobre o andamento do Plano de Ações em todo o estado.

Continuidade em 2019 | As ações de educação permanente seguem ocorrendo, neste ano, no mesmo formato. Os cursos presenciais, contudo, passaram por atualizações. O Curso de Capacitação reforçará a temática da Campanha Nacional Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, do Conjunto CFES-S-CRESS, enquanto os minicursos abordarão quatro temas relacionados ao trabalho profissional: instrumentalidade, atribuições privativas e competências profissionais, projeto ético-político profissional e fundamentos do Serviço Social.



Todos os anos, o CFESS lança publicações gratuitas, sempre disponíveis no site, no intuito de possibilitar o aprimoramento e a reflexão de assistentes sociais sobre o fazer profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Além disso, os livros, brochuras e cartilhas sempre estão ligados a temas e questões relativas ao exercício profissional. Confira as novidades e faça o download em [www.cfess.org.br!](http://www.cfess.org.br)

Relatório de Fiscalização: Serviço Social e a Inserção de Assistentes Sociais nas Comunidades Terapêuticas



O documento, elaborado pela Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) do CFESS a partir de relatórios de visitas pelos CRESS, traz informações relevantes e revela graves problemas acerca da inserção de assistentes sociais nas Comunidades Terapêuticas (CTs), apontando que tais espaços estão na contramão do que preconiza a Reforma Psiquiátrica e o Projeto ético-político profissional.

Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do/a Assistente Social



A Política Nacional de Fiscalização (PNF), na perspectiva da defesa da profissão e da qualidade dos serviços prestados aos/às usuários/as dos serviços sociais, afirma o sentido da fiscalização em três dimensões, organicamente vinculadas: afirmativa de princípios e compromissos conquistados; político-pedagógica; normativa e disciplinadora. É fundamental que a categoria conheça a nova edição do documento que orienta a ação do Conjunto CFESS-CRESS.

Código de Ética do/a Assistente Social: edição trilingue (português, inglês e espanhol)



O documento, que é um dos pilares do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, ganha uma versão trilingue atualizada. O CFESS, filiado à Federação Internacional de Assistentes Sociais (Fits), tem ampliado cada vez mais, por meio da comissão de Relações Internacionais, a troca de experiências profissionais com outros países, em especial, os da América Latina. Assim, espraia-se em nível internacional a visibilidade dos princípios que regem a profissão no Brasil.

CFESS Manifesta - série Conjuntura e Trabalho Profissional

A série do CFESS Manifesta **Conjuntura e Trabalho Profissional** reúne textos para dialogar com a categoria sobre as possibilidades de intervenção profissional diante da conjuntura e de acontecimentos que impactam diretamente no trabalho de assistentes sociais. **Confira a edição sobre o trabalho da categoria com movimentos sociais.**



Novos cartazes para imprimir e colar no seu local de trabalho!

As peças estão disponíveis na seção Publicações. Tem a reedição do cartaz que dialoga com a **população usuária do Serviço Social**, tem a peça comemorativa dos **25 anos do Código de Ética**, celebrado em 2018, e também o cartaz do FNTSuas **em defesa da Seguridade Social**.



O calendário, locais e as temáticas dos eventos nacionais são definidos, em sua maioria, no Encontro Nacional CFESS-CRESS/ Acompanhe no site do CFESS as novidades sobre cada evento. Você encontra também o Calendário de Atividades, que traz a agenda anual do CFESS. Acesse www.cfess.org.br



Documentos produzidos por profissionais especialistas em assuntos específicos. As mais recentes são:
 >> Em defesa das atribuições profissionais da/o assistente social do INSS, do trabalho com autonomia profissional e com garantia das condições técnicas e éticas
 >> Exercício profissional de assistentes sociais e as exigências para a execução do Depoimento Especial